

FACULDADES ALVES FARIA – ALFA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Luciene de Oliveira Guerra

ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DE RIO VERDE - GO

Orientador: Profº Dr. Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira

GOIÂNIA - GO

ABRIL DE 2012

FACULDADES ALVES FARIA – ALFA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Luciene de Oliveira Guerra

ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DE RIO VERDE - GO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Pós-Graduação Mestrado, das Faculdades Alves Faria, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional sob a orientação do Profº Dr. Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira.

GOIÂNIA - GO

ABRIL DE 2012

Catálogo na fonte: Biblioteca Faculdades ALFA

G934e Guerra, Luciene de Oliveira.

Estudo sobre o processo de desenvolvimento econômico de
Rio Verde GO. / Luciene de Oliveira Guerra. – 2012

77 f. ; 31 cm.

Dissertação (mestrado) — Faculdades ALFA, Mestrado em
Desenvolvimento Regional, 2012.

“Orientador: Prof^o Dr. Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira”.

Bibliografia: 72 - 77.

1. Gestão Agroindústria (Goiás). 2. Crescimento (Goiás). 3.
Desenvolvimento (Goiás) I. Luciene de Oliveira Guerra. II. Faculdades
ALFA - Mestrado em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDU: 332.146(817.3)

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

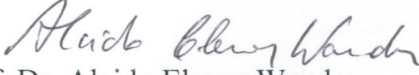
PARECER

Os Membros da Banca Examinadora designados para realizar o exame de defesa da Dissertação da candidata **Luciene de Oliveira Guerra**, sob o título “**Estudo sobre o processo de desenvolvimento econômico de Rio Verde**” para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Regional**, após haver realizado o exame são de Parecer pela APROVAÇÃO sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de **Mestre**.

Goiânia, 14 de Abril de 2012.


Prof. Dr. Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira
(Orientador)


Prof. Dra. Renata Cristina Sousa Nascimento
(Membro)


Prof. Dr. Alcido Elenor Wander
(Membro)

Agradecimentos

Ao Professor Dr. Fernando Negret Fernandez, coordenador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da ALFA, pela dedicação e presença constante.

Ao Prof^o Dr. Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira pela orientação e auxílio na realização do trabalho.

Aos Professores da Faculdade ALFA: Alcido Elenor Wander, Bento Alves da Costa Filho, Heliane Prudente Nunes, Jean-Marie Lambert, Maria Cristina Pereira Matos, Paulo César Bontempo, pela competência com que conduziram a realização dos nossos estudos.

A Noemy pela delicadeza em atender nossos pedidos.

Em especial a FAPEG por contribuir financeiramente com o meu projeto.

Dedico este trabalho aos meus pais, Alfredo e Yeda, presenças sempre constantes em minha vida. Aos meus filhos Rhayssa, Alfredo Netto e Pedro Henrique pela carinhosa aceitação de minhas ausências. Ao meu esposo Sandro pelo companheirismo e compreensão. A minha Tia Célia pelo carinho, dedicação e apoio em todos os momentos de minha vida.

RESUMO

GUERRA, Luciene de Oliveira. **Estudo sobre o processo de desenvolvimento econômico de Rio Verde - GO.** 2012. 77f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Alves Faria, Goiânia, 2012.

O presente trabalho objetivou identificar os fatores de transformação da realidade econômica da Região Sudoeste de Goiás com enfoque especial para o município de Rio Verde, pólo de produção agropecuária que vem se destacando como pólo de atração de projetos agroindustriais. A modernização da agricultura e a ocupação de terras transformaram as paisagens rurais do Estado de Goiás em grandes lavouras tecnificadas. A produção agrícola regional ganhou destaque com as culturas de exportação como soja, milho e algodão. Os aspectos ambientais e sociais das áreas ocupadas não receberam a devida atenção. A inserção do cerrado nas áreas produtivas e o rápido desenvolvimento agrícola do Estado de Goiás foram impulsionados por programas governamentais na microrregião do Sudoeste de Goiás, região que vem se consolidando como importante pólo de crescimento.

Palavras-chave: Agroindústria, crescimento, desenvolvimento.

ABSTRACT

GUERRA, Luciene de Oliveira. **Study on the economic development process of Rio Verde - GO**. 2012. 77f. Dissertation (Master of Regional Development) - Colleges Alves Faria, Goiânia, 2012.

This study aimed to identify factors of transformation of economic reality in the Southwest Region of Goiás with a special focus for the city of Rio Verde, a center of agricultural production that stands out as a magnet for agribusiness projects. The modernization of agriculture and land occupation transformed the rural landscape of the State of Goiás in major crops technicality. The regional agricultural production gained prominence with export crops such as soybeans, corn and cotton. The environmental and social aspects of the occupied areas did not deserve the attention. The insertion of the cerrado areas in agricultural production and the rapid development of the State of Goiás were driven by government programs in the micro region of south-west Goiás, which has been consolidated as an important growth pole.

Keywords: Agribusiness, growth and development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL - Arranjos Produtivos Locais

BRF - Brasil Foods

CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CELG - Centrais Elétricas de Goiás

COMIGO - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FBC - Fundação Brasil Central

FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste

FOMENTAR - Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

PDE - Plano Diretor Embrapa

PERGEB - Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília

PIB - Produto Interno Bruto

PIC - Programas Integrados de Colonização

PLADESCO - Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

POLOAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia

PPA - Plano Plurianual do Governo Federal

PROALCOOL - Programa Nacional do Alcool

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODEPAN - Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal

PRODEGRAN - Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados

PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste de Tocantins

PRODUZIR - Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial

PSI - Processo de Substituição de Importações

SEPIN - Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas

SEPLAN - Secretaria de Planejamento de Goiás

SIFAEG - Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás

SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa da Região do Sudoeste de Goiás	32
Figura 02 - Mapa da Localização do Município de Rio Verde – GO	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Produto Interno Bruto a Preços Correntes – PIB (R\$ Mil)	62
Gráfico 02 - Balança Comercial (US\$ FOB) – Exportação	63
Gráfico 03 - Balança Comercial (US\$ FOB) – Importação	63
Gráfico 04 - Balança Comercial do Município de Rio Verde – GO (US\$ FOB) – Exportação/ Importação	64
Gráfico 05 - Efetivo Pecuária Suíno (cab)	65
Gráfico 06 - Efetivo Pecuária Aves (cab)	66
Gráfico 07 - Efetivo Pecuária Bovino (cab)	66
Gráfico 08 - Produção Leite (1.000L)	67
Gráfico 09 - Soja – Quantidade Produzida (t)	68
Gráfico 10 - Milho – Quantidade Produzida (t)	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do efetivo de rebanho de bovinos, equinos, asininos e suínos (em milhares de cabeça) de 1940 a 1959	20
Tabela 2 - Rebanho Bovino no Brasil e Unidade da Federação	22
Tabela 3 - Principais rebanhos e produção de leite e ovos – 2005 a 2010	22
Tabela 4 - Produção de Grãos, oleginosas e fibras – 2005 a 2010	25
Tabela 5 - Destilarias em operação, produção de cana, etanol e açúcar – 2005 a 2010	25
Tabela 6 - Goiás – Município da Região Sudoeste – Área e População – 2009	34
Tabela 7 - Produto Interno Bruto (PIB) da Região Sudoeste de 2000 a 2009	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA GOIANA	14
1.1 Políticas de Desenvolvimento no Brasil	26
2. OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO SUDOESTE GOIANO	32
2.1 Caracterização histórica e regional	32
2.2 Caracterização econômica do Sudoeste Goiano	36
2.3 Industrialização	41
2.3.1 O processo de industrialização no Brasil	41
2.3.2 O movimento de industrialização no Centro-Oeste brasileiro	45
2.3.3 O processo de industrialização e a globalização da economia	46
2.4 A modernização da agricultura e seus impactos	49
3. RIO VERDE – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA	54
3.1 Aspectos Econômicos	60
3.1.1 Indicadores de crescimento	64
3.2 Rio Verde – Evolução Industrial	69
Considerações Finais	70
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

O Estado de Goiás iniciou sua industrialização tardiamente. A década de 1990 marca a intensificação do processo de industrialização que se fez através de políticas de incentivo à vinda de empresas e empreendimentos industriais para o Estado. Responsáveis por estimular a industrialização de Goiás os programas FOMENTAR E PRODUZIR incentivaram a implantação e a expansão de indústrias, estimularam a renovação tecnológica e a ampliação de investimentos.

A configuração espacial e a dinâmica econômica de Goiás cujas características eram a atividade agropecuária e a concentração populacional na zona rural se modificaram.

O Sudoeste área de ocupação pecuária bastante antiga teve um desenvolvimento econômico diferenciado das demais regiões do Estado. A criação de gado e a produção agrícola, principalmente de arroz, foram a principal atividade econômica da região que, beneficiada por políticas de incentivo, consolidou a cultura da soja na região, cultura que se tornou a base do complexo agroindustrial de grãos/carnes.

Segundo Lunas e Ortega (2003, p.139), alguns complexos agroindustriais foram implantados na região de Rio Verde, como os complexos de carne de frango e suíno e da soja.

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender, com bases históricas, o processo de desenvolvimento econômico da Região Sudoeste de Goiás, em especial do município de Rio Verde - GO.

Elegem-se no âmbito das pesquisas, como objetivos específicos, apresentar os fatores de transformação da realidade econômica do Estado de Goiás, impulsionada, inicialmente, pela transferência da capital do Estado, da Cidade de Goiás para Goiânia e, posteriormente, pela construção de Brasília, bem como analisar os reflexos desse processo na Região Sudoeste Goiana, destacando o município de Rio Verde.

Para verificar o processo de desenvolvimento econômico, realizou-se uma análise histórica do processo da transformação da economia. O estudo partiu de bases bibliográficas e documentais, utilizando-se de fontes secundárias no processo de organização dos dados que serviram como suporte para as análises realizadas e expostas no capítulo terceiro, cujo objeto de estudo é o Município de Rio Verde.

Consultas a trabalhos já realizados sobre aspectos econômicos e pesquisas junto a instituições que acompanham os indicadores regionais como: IBGE, SEPLAN/SEPIN entre outros, deram suporte para o desenvolvimento do estudo proposto.

O trabalho foi organizado em três capítulos.

O primeiro capítulo, aborda mudanças econômicas e políticas ocorridas em Goiás, no período de 1930 a 1970, quando a estrutura produtiva goiana sofreu profundas transformações em função das Políticas de Desenvolvimento, assim como dos recursos disponibilizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural. Faz-se, ainda, uma abordagem sobre a agropecuária que, a partir de 1970, se modernizou tornando Goiás um dos principais centros de produção agropecuária.

O segundo capítulo apresenta algumas considerações sobre a microrregião do Sudoeste Goiano, onde se concentra a maior parte da produção agropecuária do Estado, destacando-se, por essa razão, como pólo de atração de projetos agroindustriais. Apresenta, ainda, o processo de industrialização no Brasil, com enfoque especial para a Região Centro-Oeste que, inserida numa nova dinâmica econômica, deixa de ser uma típica região de fronteira para se tornar uma importante região dinamizada pelo agronegócio. A modernização da agricultura é colocada sob uma dupla ótica; positiva em função dos benefícios dela advindos com relação à produção e à produtividade e, negativa, com relação aos impactos ambientais por ela gerados.

O terceiro capítulo apresenta o desenvolvimento econômico do município de Rio Verde – GO, um dos mais importantes pólos agroindustriais de Goiás, maior produtor de grãos e maior arrecadador de impostos sobre produtos agrícolas do estado e centro difusor de novas tecnologias para o país. Os resultados positivos da economia do município, consequência do processo de agroindustrialização, fazem do município um importante pólo econômico para a agricultura e a pecuária goiana.

As cadeias produtivas agropecuárias e agroindustriais aliadas a condições favoráveis para a implementação do agronegócio regional caracterizam a microrregião de Rio Verde como pólo agroindustrial.

1. O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA GOIANA

A exploração de riquezas minerais, a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência foram, durante longo tempo, o tripé em que se assentou o desenvolvimento econômico de Goiás.

De acordo com Estevam (2004, p. 39), “*Mineração-lavoura-pecuária* constituiu, desde o início, um “complexo” interdependente.”

A estrutura produtiva goiana sofreu profundas transformações, principalmente, a partir da década de 1930, em função de ações governamentais que contribuíram para a mudança do *status quo* de Goiás – em nível federal, a Marcha para o Oeste e, a construção da capital Goiânia, em nível estadual. Fator de real importância para o desenvolvimento da economia goiana foi a construção de Brasília. A transferência da Capital Federal para o Planalto Central ensejou a convergência de recursos federais e estaduais que tornaram possível a implantação de infraestrutura com transporte e energia, o desenvolvimento de setores importantes nas áreas de pecuária, agricultura e indústria e a criação de um mercado consumidor.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído em 1965, foi fator importante para o desenvolvimento goiano, dinamizando o processo de modernização da agropecuária. As políticas de desenvolvimento regional contempladas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) foram, também, importantes para o desenvolvimento goiano.

O Estado de Goiás localizado na Região Centro-Oeste brasileira, sofreu, durante o século XX, profundas transformações em sua estrutura produtiva. Chaul (1997) apresenta que,

O desenvolvimento da agropecuária goiana, nas primeiras décadas do século, pode ser visto como resultado das transformações na política econômica brasileira, o que vai gerar a instalação de meios de transportes mais afinados com as necessidades econômicas da época. O movimento de 1930 irá alterar o panorama da época por meio da representação da modernidade, cujo símbolo de maior expressão será encontrado na construção de uma nova capital: Goiânia (p.105).

A partir de 1930, mudanças econômicas e políticas possibilitaram alterações na dinâmica da economia goiana. A agricultura de subsistência e a pecuária extensiva organizaram-se, então, como atividade complementar da economia do Sudoeste. Produzindo gêneros alimentícios de primeira necessidade, a economia agrária goiana conseguiu diversificar-se e especializar-se, embora através de um processo lento e desigual, processo que se iniciou com o desenvolvimento da agricultura e as conquistas de mercado, tendo como catalizador a estrada de ferro que transformou o território goiano, quer no aspecto sócio-produtivo, quer na estrutura agrária Chaul (1997).

A industrialização na Região Sudeste e a implantação do transporte ferroviário possibilitaram, à economia agrária goiana, inserir-se na economia de mercado. Esses fatores fizeram avançar a fronteira agrícola e estimularam a migração para o território goiano.

A Estrada de Ferro Goiás, em 1913, marcou a primeira mudança significativa nas condições socioeconômicas do Estado. A esse respeito, Chaul (1997), apresenta que,

A implantação da Estrada de Ferro em Goiás e a construção de rodovias favoreceram o crescimento deste movimento migratório e intensificaram a ocupação econômica do Estado. A melhoria dos meios de transporte e comunicação arrancou Goiás do isolamento físico e econômico em que se encontrava. Com a Estrada de Ferro, os grilhões que prendiam a economia agrícola regional a uma situação de estagnação começaram a ser quebrados ao ritmo da expansão dos trilhos. Ao lado da pecuária, a agricultura começou a se organizar como atividade mercantil. Os produtos primários, que antes apodreciam na roça por falta de transporte para escoá-los, passaram a ser largamente exportados (p.101).

A década de 1930 marcou, ainda, a segunda fase de expansão da ferrovia – trecho de Roncador a Anápolis – que se constituiu em veículo importante na importação de manufaturados para a região e na exportação de produtos agrícolas, cabendo ao arroz e ao milho lugar de destaque.

No entender de Borges (2005, p.41), a chegada da ferrovia, em Anápolis no ano de 1937 e em Goiânia, em 1950, “[...] incrementou o avanço da fronteira agrícola e várias agroindústrias foram instaladas na zona da estrada de ferro: charqueadas, indústrias de couro, de beneficiamento de arroz, fábrica de banha, etc.”.

De acordo com Bezerra e Cleps Júnior (2004, p.30), o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste intensificou-se a partir da década de 1930, objetivando atender a demanda de produtos agrícolas da região Sudeste, região onde se iniciou o desenvolvimento industrial do país. O Centro-Oeste teve, pois, seu desenvolvimento agrícola diretamente ligado ao desenvolvimento industrial do país. Para Estevam (2004)

A passagem dos anos trinta afetou o andamento socio-econômico regional e promoveu algumas modificações na realidade goiana, principalmente no caminho de sua integração com a dinâmica da economia nacional. A Revolução de 30, ao ensejar alterações na ordem política, apontou novos rumos para a sociedade e os novos dirigentes promoveram uma aposta no “desenvolvimento” do estado com a concretização do antigo sonho da nova capital. A construção de Goiânia incentivou vigoroso parcelamento de terras nas adjacências, exploração de matas férteis na zona “Mato Grosso de Goiás” e acomodou levas de imigrantes que ganharam o planalto central. A construção de Goiânia foi uma arrojada aposta a longo prazo, tornando-se uma “possibilidade geográfica” futura, mas permitindo, de imediato, amplas possibilidades de negócios, investimentos públicos com seus efeitos multiplicadores e acarretando, portanto, elementos potenciais para futura transformação regional (p. 109).

O desenvolvimento regional de Goiás se intensificou em função de ações governamentais que promoveram a interiorização, sendo elas a Marcha para o Oeste e a construção de Goiânia.

A “Marcha para Oeste”, foi lançada oficialmente em 1938 com o objetivo de colonizar as terras da Região Centro-Oeste até a Amazônia. O movimento migratório diminuiria os excedentes populacionais do Centro-Sul, ocuparia os espaços demográficos vazios, tornando menores os desequilíbrios regionais do país. A criação de colônias agrícolas e o incentivo à agropecuária foram, também, objetivos desse movimento.

Em Ceres, cidade goiana, em 1941, foi instalada a primeira colônia agrícola, denominada de Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), ocupando uma área de 44500 alqueires¹, divididos em lotes, que eram doados aos migrantes. A instalação dessa colônia gerou um grande fluxo migratório. Dificuldades de infraestrutura determinaram o fracasso da CANG, conforme Estevam (2004).

Sobre a CANG, Borges (2005) leciona que

A CANG recebeu pouca assistência do poder público e foi praticamente abandonada à sua própria sorte. Faltaram os recursos técnicos e financeiros prometidos pelos governos. Depois de algum tempo a Colônia foi “engolida” pelo latifúndio. A partir dos anos 50, o colono, o pequeno produtor, passou a enfrentar um processo de crise econômico-financeira que o levaria à ruína. Por um lado, ele era pressionado pela especulação comercial e financeira que se apropriava do excedente econômico que produzia. Por outro, era acossado pela especulação imobiliária que, com a valorização das terras, atraía para a região grileiros e grandes fazendeiros (p.77/78).

A construção de Goiânia, cuja pedra fundamental foi lançada em 24 de outubro de 1933, em 07 de novembro de 1935 aconteceu a mudança provisória de órgãos do governo para Goiânia e em 1942, a nova capital foi oficialmente inaugurada.

Conforme Palacín e Moraes (2008)

A construção de Goiânia promoveu a abertura de novas estradas, tornando-a elo de ligação entre os municípios e com outros Estados; favoreceu a imigração, e conseqüentemente o povoamento, acelerando a colonização do Mato Grosso Goiano, zona de grande riqueza agrícola; criou o primeiro centro urbano de relativa importância em Goiás que, se não chegou a constituir um centro industrial – como esperavam os construtores –, desenvolveu para si e para todo o Estado os diversos tipos de serviços (colégios e faculdades, bancos, hospitais, comércio, etc) indispensáveis ao desenvolvimento (p. 162).

¹ Alqueire medida agrária utilizada pelos fazendeiros. Em Goiás o alqueire equivale a 48400 m² ou 4,84 ha.

A possibilidade de se instalar em um mercado com elevado potencial aliado a atraentes incentivos públicos fizeram com que a população se elevasse de forma significativa entre os anos de 1940 a 1960.

A partir de 1950 foram introduzidas inovações tecnológicas no padrão de produção agrícola, visando obter maior produtividade. Esse processo conhecido como Revolução Verde ocorreu através do desenvolvimento de sementes adequadas para solos e climas específicos, a utilização de fertilizantes e agrotóxicos, o desenvolvimento de máquinas que possibilitassem a mecanização do campo e aumentassem a produtividade. Esses elementos propiciaram a generalização da monocultura e a importação de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas que se estendeu até a década de 1970.

A disseminação dessas tecnologias propiciou a expansão da fronteira agrícola e as culturas de milho, soja e algodão apresentaram aumento significativo, em detrimento de culturas tradicionais.

O processo de modernização pelo qual passou o Brasil, no século vinte, teve implicações na estrutura produtiva do Estado de Goiás. A implementação de programas e políticas públicas criou condições para promover o crescimento econômico do Estado.

O projeto de transferência da Capital Federal para o planalto goiano, como apresentado, foi um dos fatores que tiveram implicações na economia goiana.

Conforme Borges (2005), o Plano de Metas nesse período de mudança da capital federal, vincula-se à construção de rodovias que interligam a nova capital com as várias regiões do país. Nesse sentido, Borges (2005, p.59) apresenta que: “A capital federal foi planejada como ponto central do sistema viário brasileiro. A sua ligação rodoviária com as demais regiões permitiria a circulação de mercadorias entre as áreas agrário-extrativas do interior e os centros urbano-industrializados do Sudeste.”

A construção da nova cidade gerou grande volume de investimentos, gerou empregos e proporcionou novas oportunidades de trabalho.

Segundo Estevam (2004)

[...] a implantação de Brasília constituiu o ápice desta diretriz interiorizante do seu governo. Juntamente com a intenção de delimitar um novo Distrito Federal para o país – em território quase deserto e não integrado ao centro dinâmico nacional – havia um programa de construção de rodovias capaz de assegurar intercâmbio nacional com Brasília. Assim, a implantação da nova capital veio reorganizar o espaço sócio-econômico do planalto central brasileiro. (p.117/118)

Ainda com relação à importância da construção de Brasília para o processo de interiorização e modernização, Amaral (2002) afirma que, a construção da capital federal teve como objetivos o povoamento do interior do Brasil. Os Estados de Goiás, Mato Grosso e Maranhão apresentaram desenvolvimento significativo na agricultura; a aplicação de recursos econômicos em áreas despovoadas e o desenvolvimento de um sistema de comunicação que contribuísse para a integração nacional.

Construída em território goiano, Brasília contribuiu de forma decisiva para a economia de Goiás. Além de criar um mercado consumidor potencial desenvolveram-se os setores de serviço, indústria e produção agropecuária (LABAIG, 1995)

Exigências relacionadas à questão energética incentivaram a elaboração do primeiro Plano Estadual de Energia e Eletrificação que deu origem às Centrais Elétricas de Goiás (CELG). A implantação da primeira etapa da Usina de Cachoeira Dourada, no Rio Paranaíba, atendeu não somente as necessidades da nova capital Brasília, senão também Goiânia, em processo de expansão de seu mercado consumidor.

Em 1956 foi, concluída a construção da Usina Hidrelétrica do Rochedo para atender Goiânia e outras cidades vizinhas. Entretanto, o rápido crescimento da demanda energética, tornou insuficiente a capacidade de geração. Mesmo com a inauguração da primeira etapa de Cachoeira Dourada, em 1959, a oferta ainda era restrita (Centrais Elétricas de Goiás – Histórico).

A malha viária goiana, até meados de 1950, se expandiu, principalmente, em função da construção de Goiânia e do processo de integração comercial. A transferência da Capital Federal exigiu a ampliação dessa malha para que fosse possibilitado o acesso às rodovias principais.

Conforme Estevam (2004)

No final da década, a abertura de rodovias obteve maior impulso em Goiás. Durante a construção de Brasília foram iniciadas as rodovias BR-010 (rumo ao nordeste goiano), a BR-020 (Brasília-Formosa na direção de Fortaleza), a BR-040 (rumo à região do Sudeste brasileiro), a BR-050 (com a intenção de encurtar a distância Brasília-São Paulo), a BR-060 (em direção ao Mato Grosso e Paraguai), a BR-153 (cortando Goiás no sentido norte-sul buscando Belém do Pará), a BR-452 (em conexão com o sudoeste goiano e Triângulo Mineiro) e a BR-364 (rumo ao Mato Grosso via sudoeste goiano). Estas novas vias proporcionaram a ampliação da fronteira agrícola nacional e facilitaram a integração intra e inter-regional de Goiás (p.119).

As ligações com o centro dinâmico do país e com outros estados do Brasil foram estreitadas. A rodovia Brasília – São Paulo (BR-050) foi uma das mais importantes para Goiás, pois interessava às economias goiana e paulista por encurtarem a distância entre Brasília e São Paulo. À economia paulista, porque alargava as vias de acesso em direção a economias

complementares e, à economia goiana porque possibilitava atingir um raio mais amplo de seu próprio território. As rodovias BR-153 (Belém – Brasília) e BR-020 (Brasília – Formosa) na direção de Fortaleza propiciaram a São Paulo a expansão de seu mercado rumo ao Norte e ao Nordeste do país e a BR-452, rodovia localizada na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que faz a ligação de Uberlândia e outras cidades da rota com a rodovia BR-262, sentido a Belo Horizonte. Essa rodovia inicia em Rio Verde e termina em Araxá, com extensão de 508,9 Km.

O avanço da fronteira agrícola para o Sudoeste e o Mato Grosso Goiano abriu novas frentes de expansão, possibilitando a essas regiões assumirem a liderança no processo de produção e especialização agrícola. A partir da década de 1960, o setor agrário brasileiro sofreu transformações significativas. A produção agrícola regional organizou-se, então, de forma a atender a demanda de alimentos e matérias-primas no mercado internacional.

O processo de modernização da agricultura, na década de 1960 transformou, de forma radical, esse setor. Entretanto, a agropecuária de subsistência continuou existindo junto aos pequenos e médios produtores que não tiveram acesso a programas de incentivo.

Na segunda metade do século vinte, a partir da década de 1970, a expansão das lavouras e a criação do gado, que acontecem em função do processo modernizador da agricultura, imprimem uma nova dinâmica na economia goiana.

As transformações na estrutura produtiva goiana aconteceram por meio de investimentos financeiros e tecnológicos.

Na esfera estadual, o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás do Governo Mauro Borges que, segundo Correia (2006) objetivou substituir a prática da agricultura extensiva por uma agricultura intensiva com a utilização de conhecimentos científicos.

Na esfera federal, os investimentos vieram da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) que, conforme Canale (1985), tinha como linhas diretrizes promover a inovação e a difusão tecnológica e realizar estudos e pesquisas para fazer conhecido o potencial econômico da região; e do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) que, segundo Estevam (2004), teve como orientação única a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste. De acordo com Ferreira (2004) o programa de desenvolvimento GOIÁSRURAL objetivava promover o aumento da produção de grãos para abastecer o mercado interno e alavancar o desenvolvimento econômico do estado cujas terras, consideradas não agricultáveis, permaneciam inexploradas.

Ainda segundo Ferreira (2004) o aproveitamento das terras do cerrado proporcionou aumento significativo na produção de grãos, principalmente arroz, milho, feijão e soja.

Na década de 1970 a agropecuária goiana apresentou, especialmente na região do cerrado, excelente desenvolvimento graças à parceria do governo federal com o governo estadual, na formulação de políticas públicas que objetivavam minimizar as desigualdades econômicas e dinamizar a industrialização.

O desenvolvimento desse novo padrão agrário não interferiu no desempenho da pecuária que continuou sendo a principal atividade econômica de Goiás. A ocupação de grandes áreas de terra pelas fazendas de gado fez do gado bovino um sólido alicerce da economia agrária regional.

A partir de 1940, a atividade agrícola começou a ser substituída pela atividade pastoril, processo que se ampliou nos anos de 1950 e ficou conhecido como “pecuarização da lavoura”.

A pecuária extensiva, ao ocupar grandes extensões de terra expulsou pequenos agricultores para as zonas de fronteiras, em algumas áreas do Estado.

Conforme Borges (2005)

O Sudoeste Goiano talvez tenha sido a exceção nesse processo de “refuncionalização” do espaço agrário, que resultou no avanço da pecuária sobre as lavouras. A implantação de estradas de rodagem na região e a proximidade dos mercados do Triângulo Mineiro estimularam o crescimento e a melhoria do rebanho bovino concomitante à expansão da fronteira agrícola e à mecanização das lavouras de exportação (p.104)

A modernização da agropecuária (1960-1970) trouxe resultados positivos não só para a agricultura senão também para a pecuária.

Nas décadas de 1940 e 1950, a pecuária goiana apresentou, segundo dados do IBGE (1956), um ótimo desempenho, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Goiás - Evolução do efetivo de rebanho de bovinos, equinos, asininos e suínos (em milhares de cabeças) de 1940 a 1959.

Anos	Bovinos	Equinos	Asininos	Suínos
1940	2.957	381	41	654
1946	3.766	478	79	1.493
1948	4.123	502	153	1.330
1950	4.562	539	185	1.750
1952	4.884	286	222	2.360
1953	5.257	609	244	2.711
1955	5.817	683	280	3.263
1956	6.040	720	302	2.777
1957	6.305	-	-	-
1958	6.674	-	-	-
1959	6.756	-	-	-

Fonte: IBGE, Anuários Estatísticos do Brasil, 1940 a 1959.

Em uma década, o rebanho bovino teve duplicado o número de cabeças. Equinos, asininos e suínos tiveram também crescimento satisfatório em seus rebanhos.

Goiás ocupou, nessa época, o quinto lugar como produtor de gado bovino, perdendo apenas para Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Conforme Borges (2000)

Apesar do crescimento registrado no rebanho bovino, a pecuária goiana continuou sendo uma atividade predominantemente extensiva e apresentava baixos índices de produtividade. As pastagens do cerrado eram pobres e de pouco valor alimentar, suportando, em média, uma rês por três hectares. A atividade pastoril, inserida na divisão regional do trabalho, como produtora de carne a preço baixo para o mercado do Sudeste, continuava tradicional e com capacidade limitada de transformação e modernização (p.110).

Ainda segundo Borges (2000) alguns fatores que se constituíram em obstáculo para o desenvolvimento da agropecuária foram a dificuldade em escoar a produção pela falta de transportes e a comercialização do gado em que as poucas empresas frigoríficas instaladas na região Sudeste controlavam a comercialização da carne, impedindo que o lucro desse produto chegasse ao produtor.

A ausência de uma política de crédito ao produtor dificultou o desenvolvimento da agropecuária regional.

A partir de 1950, o processo de mecanização da agricultura Goiana, não modificou a forma tradicional da criação do rebanho bovino em Goiás. Na maior parte do território goiano, o gado continuou a ser criado extensivamente, sendo exportado pelas tradicionais “estradas boiadeiras”.

No final da década de 1950 o governo estadual promoveu campanha no sentido de impedir a saída do gado vivo de Goiás, priorizando a comercialização da carne industrializada, medida que só entrou em vigor dez anos depois.

Na década de 1980, a pecuária bovina sofreu forte interrupção em seu crescimento em função da febre aftosa que, durante alguns anos (1980-1990), impossibilitou a exportação de carne bovina, causando grande prejuízo econômico aos produtores, principalmente por se tratar de comercialização para mercados externos.

Nos períodos seguintes, conforme demonstra dados do último censo agropecuário, Goiás passou a ocupar lugar de destaque no cenário nacional, passando para o quarto maior rebanho do Brasil. (Tabela 2)

Tabela 2 - Rebanho Bovino no Brasil e Unidades da Federação

	Brasil	Minas Gerais	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás
2000	169.875.524	19.975.271	22.205.408	18.924.532	18.399.222
2001	176.388.726	20.218.911	22.619.950	19.921.615	19.132.372
2002	185.348.838	20.558.937	23.168.235	22.183.695	20.101.893
2003	195.551.576	20.852.227	24.983.821	24.613.718	20.178.516
2004	204.512.737	21.622.779	24.715.372	25.918.998	20.419.803
2005	207.156.696	21.403.680	24.504.098	26.651.500	20.726.586
2006	205.886.244	22.203.154	23.726.290	26.064.332	20.646.560
2007	199.752.014	22.575.194	21.832.001	25.683.031	20.471.490
2008	202.287.191	22.369.639	22.365.219	26.018.216	20.466.360

Fonte: IBGE-2009

Houve avanços significativos em relação à bovinocultura, à avicultura e à suinocultura e crescimento na produção de leite e de ovos, conforme dados apresentados na tabela 3.

Tabela 3 - Principais rebanhos e produção de leite e ovos em Goiás – 2005 a 2010

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009(1)	2010 (1)
Bovino (cab)	20.726.586	20.646.560	20.471.490	20.466.360	20.504.620	20.614.230
Suino (cab)	1.499.138	1.516.285	1.537.430	1.592.760	1.764.780	2.023.954
Ave (cab)	39.942.492	42.488.945	44.415.670	47.750.990	51.332.314	55.182.237
Prod de leite (1000 l)	2.648.606	2.613.626	2.638.572	2.873.543	2.967.000	3.086.000
Prod. de ovos (1000 dz)	122.588	132.487	142.039	149.542	152.532	155.582

Fonte: Faeg, IBGE, Associação Goiana de Suinocultores e Associação Goiana de Avicultura, apud REVISTA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO 2010

(1) Estimativa

Embora haja predomínio das atividades da pecuária extensiva em regiões goianas, a opção pelo confinamento tem ganhado espaço cada vez maior. Nesse sistema de engorda de bovinos, os animais ficam presos em instalações fechadas. O confinamento permite alcançar altos índices de produtividade sem expandir o desmatamento.

Para Correia (2006),

A década de 1970 se constituiu num marco de significativa importância para a história do desenvolvimento regional de Goiás, uma vez que é a partir dela que se consolidam as transformações da economia goiana rumo a uma nova ordem centrada na modernidade da economia capitalista (p.50).

A década de 1970 marcou a expansão da agricultura para as áreas de cerrado, cujas terras eram, até então, consideradas como improdutivas. A transformação das terras do cerrado atraiu para o Centro-Sul goiano, especialmente para a região Sudoeste, um considerável fluxo migratório. Investimentos em infraestrutura nas áreas de transporte, comunicação, energia

elétrica, saneamento e a utilização de técnicas adequadas para a correção do solo, possibilitaram à agricultura goiana dar um grande salto rumo ao desenvolvimento econômico.

Grandes lavouras de soja e o cultivo do milho em escala comercial passam a fazer parte da produção agrícola do Estado.

Ao longo da década de 1970, o cultivo do milho apresentou crescimento notável em Goiás.

De acordo com Mesquita (1989),

o cultivo de milho concentrado em Goiás, em 1984, detinha 74,6% da produção regional. Nesse Estado, este cereal participa do sistema de renovação de pastos em terras de mata ou se insere, em sistemas agrários mais evoluídos, como os do sudoeste de Goiás, em um esquema de rotação de cultivos de valor comercial e de pastos (p.156).

Até o final da década de 1970 e início da década de 1980, o algodão era cultivado em áreas localizadas em torno da cidade de Santa Helena, áreas de terras produtivas denominadas de “culturas”. A partir da década de 1990, a cotonicultura, graças ao emprego de alta tecnologia, se destacou como uma das culturas do sudoeste goiano, alcançando, em 1972, o seu melhor desempenho. Os anos que se seguiram tiveram redução em área plantada e em volume de produção, quadro que se modificou a partir de 1976 em função dos incentivos à modernização da agricultura no Cerrado.

Do final da década de 1960 a meados da década de 1970, o cultivo do algodão foi muito importante para a economia goiana, em especial para a microrregião do sudoeste goiano.

Conforme Ferreira (2001)

O “ouro branco” era o grande chamariz da época. Trouxe para o Estado o emprego sistemático de técnicas de análise do solo, adoção de corretivos e uso intensivo de adubo e inseticida. Atraiu agricultores de outros Estados. Foram implantadas numerosas beneficiadoras em Itumbiara, Santa Helena e Rio Verde e cresceu o fluxo migratório de mão de obra temporária para as colheitas da pluma (p.125).

O uso da terra foi modificado, as relações de produção e trabalho foram alteradas em consequência da tecnificação das atividades agrícolas. A partir dessas transformações o Estado de Goiás apresentou um novo modelo de arranjo econômico.

Duarte (1998) afirma que, em função desses fatores, a região Centro-Oeste sofreu transformações em seu espaço regional, transformações que modificaram sua participação na organização regional do país.

O Centro-Oeste brasileiro passa a ocupar lugar de destaque no cenário da economia brasileira, cabendo à atividade agropecuária papel de real importância.

Segundo Mesquita (1989), a posição do Centro-Oeste no cenário da economia nacional é definida pela modernização da agricultura com a utilização de maquinaria e insumos de origem industrial e pelo estímulo dos incentivos fiscais e financeiros.

A ampliação das cooperativas mistas de produção e comercialização; o desenvolvimento do pólo minerador, agora acrescido da extração de pedras preciosas e semipreciosas; a construção da quarta etapa da usina de Cachoeira Dourada são resultado desse processo modernizador.

A partir de 1980 as lavouras goianas de milho e soja principalmente se expandiram em função de modernas tecnologias e de políticas públicas favoráveis à agricultura. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) teve como um dos principais objetivos a incorporação do cerrado à economia nacional.

De acordo com Ferreira (2001, p.72) “a partir da década de 1980 a agricultura começa a prosperar, através da viabilização tecnológica do cultivo da soja, utilizando um sistema de mecanização tratorizada que as extensas áreas dos chapadões dos cerrados permitiam”.

A agricultura, em bases tecnológicas modernas se consolidou. O cultivo da soja passou a fazer parte da dinâmica agrícola de Goiás.

O trigo, um dos produtos mais consumidos no Brasil tem, sua produção concentrada no sul do país (90%), já começa, aos poucos, a fazer parte das lavouras da região do cerrado, onde é cultivado por meio de irrigação.

O sorgo, é uma cultura que tem apresentado dados positivos em relação ao crescimento da área plantada no sudoeste goiano. A justificativa desse crescimento se assenta na opção dos produtores de substituir, na safrinha, o sorgo pelo milho.

O arroz, o feijão, o girassol, o milho, o amendoim, o café são culturas que representam significativa participação no desenvolvimento da agricultura goiana como mostra a tabela 4.

Tabela 4 – Produção de grãos, oleaginosas e fibras em Goiás – 2005 a 2010

Produtos	2005		2010 (1)	
	Produção	Ranking	Produção	Ranking
Total (t)	11.515.780		13.358.682	
Algodão herbáceo	432.045	3º	180.826	3º
Amendoim	10.900	5º	1.008	8º
Arroz	374.627	7º	231.271	8º
Café	16.022	8º	18.566	7º
Feijão	280.461	4º	281.442	5º
Girassol	12.383	2º	15.920	2º
Milho	2.855.538	5º	4.588.556	5º
Soja	6.983.860	3º	7.354.027	4º
Sorgo	510.869	1º	607.371	1º
Trigo	49.885	7º	79.695	6º

Fonte: IBGE, apud REVISTA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO 2010

(1) Preliminar

Segundo dados da tabela 4 as culturas que apresentaram os maiores crescimentos foram o sorgo, girassol, o algodão herbáceo, a soja e o milho.

A expansão da cultura canavieira ocorreu a partir de 2005 e vem apresentando uma crescente demanda em Goiás. A microrregião do Sudoeste Goiano mostrou, nos últimos anos, índices de crescimento no setor canavieiro. No setor de etanol e açúcar estão previstos investimentos em projetos para a obtenção de melhor produtividade.

Os dados mostrados na tabela 5 permitem observar o número crescente de destilarias em funcionamento, bem como o aumento na produção da cana de açúcar, do açúcar e do etanol.

Tabela 5 - Destilarias em operação, produção de cana, etanol e açúcar – 2005 a 2010

Ano	Destilarias	Produção de Cana-de-açúcar (t)	Produção de etanol (mil litros)	Produção de açúcar (t)
2005	14	15.642.125	728.979	749.838
2006	15	19.049.550	821.616	766.322
2007	18	22.063.677	1.213.733	952.312
2008	28	33.401.559	1.922.414	1.247.039
2009	35	43.666.585	2.196.179	1.384.081
2010 (1)	36	47.706.631	2.800.000	1.800.000

Fonte: Sifaeg/Produzir/Única/Conab, apud REVISTA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO 2010

Elaboração: Seplan-GO/Seplan/Gerência de Estatística Socioeconômica – 2010

(1) Estimativa

Em função do aproveitamento de fatores ligados à produção como uso racional de insumos e mecanização, Goiás apresentou aumento na produção resultante não só da expansão da área cultivada, em alguns casos e, em outros, de maior produtividade.

1.1 Políticas de Desenvolvimento no Brasil

As políticas públicas devem expressar o interesse geral da sociedade objetivando promover o desenvolvimento, ampliar e efetivar direitos de cidadania.

De acordo com Fernández (2006) o termo “Política Pública” é utilizado com significados distintos, indicando ora um campo de atividade, ora um propósito político, ora um programa de ação ou os resultados obtidos por um programa. Para Gobert; Muller, (1987 apud HOFLING, 2001), “Políticas Públicas” são entendidas como o “Estado em ação”, ou seja, é o Estado implantando um projeto de Governo por meio de programas e ações voltados para setores específicos da sociedade. Para Souza (2006), as “Políticas Públicas” estão ligadas ao Estado que determina como os recursos serão usados para beneficiar os cidadãos. Fernandes (2007) expõe que as Políticas apresentam dupla dimensão: o aspecto político e o administrativo técnico que, para ele, são complementares.

Meksenas (2002) argumenta

O conceito de políticas públicas aparece vinculado ao desenvolvimento do Estado capitalista e esse às relações de classe. No século XX, as políticas públicas são definidas como um mecanismo contraditório que visa à garantia da reprodução da força de trabalho. Tal aspecto da organização do Estado nas sociedades industriais, não traduz um equilíbrio nas relações entre o capital e o trabalho. (p.77).

Importa preocupar-se atualmente, em facilitar a integração e a articulação entre políticas econômicas, ambientais, culturais, sociais e territoriais que possibilitem à sustentabilidade acontecer de maneira real.

É certo que o processo de formulação de “Políticas Públicas”, por representar anseios e questões sociais, historicamente não se constitui de forma linear, no momento em que atende demanda do tempo e espaço a qual se constitui. Nesse sentido, apresenta-se um processo histórico de formulações dessas políticas, tendo como foco o desenvolvimento socioeconômico de Goiás.

A construção de Brasília, em área praticamente desabitada, no Planalto Central, foi um dos fatores impactantes na mudança do perfil interno de Goiás. Diretrizes estabelecidas pelo Plano de Metas de JK, em relação à infraestrutura, com enfoque especial ao sistema rodoviário fez, de Brasília, um eixo de integração, graças à construção dos grandes troncos rodoviários: Brasília-Belém; Brasília-Belo Horizonte; Brasília-São Paulo; Brasília-Barreiras e suas ramificações. Construídas em território goiano, essas rodovias federais se tornaram elo de

ligação de Goiás, não só com outros centros do país, senão, também facilitando a integração intra e inter-regional. Esse sistema de transporte e as mudanças ocorridas na agricultura possibilitaram o avanço da fronteira agrícola do Centro-Oeste, transformando essa região em uma das mais dinâmicas do país.

Objetivando o povoamento e o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste, foi criada a Fundação Brasil Central (FBC), instituída por Getúlio Vargas, fundação que existiu por quase 25 anos, quando foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), em 1967.

De acordo com Canale (1985), as linhas diretrizes do trabalho da SUDECO eram, entre outras, promover a inovação e a difusão tecnológica, atuando como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, e realizar estudos e pesquisas que tornassem conhecido o potencial econômico da região. Conforme Abreu (2001), os resultados desse trabalho serviram de base para que os espaços vazios fossem ocupados e se formassem núcleos populacionais estáveis. Os investimentos governamentais seriam concentrados em áreas selecionadas tendo, como objetivo precípua, desenvolver a agricultura e a pecuária.

Até o início da década de 1980, das políticas de desenvolvimento regional voltadas para o Centro-Oeste, estão o PLADESCO – Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste, criado pela SUDECO, em 1973, no âmbito do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) e o Programa de Ação do Governo para Região Centro-Oeste, feito no II PND (1975-1979).

A tecnificação da agricultura, estímulos à agroindústria, à eletrificação rural e as estradas rurais e desenvolvimento do meio urbano, foram os objetivos principais do PLADESCO para o Estado de Goiás. Para a consecução desses objetivos escolheram-se duas áreas:

- Rio Verde e Itumbiara em função da fertilidade de seus solos, a proximidade com o Centro-Sul e disponibilidade de infraestrutura para exportação.
- Ceres e Anápolis por possuírem uma infraestrutura básica de transporte que possibilitava a exportação.

O Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste de Tocantins (PRODOESTE), programa associado ao IPND teve como objetivo consolidar infraestrutura e apoiar atividades produtivas rurais. A importância desse programa foi a implantação da estrada Jataí–Rondonópolis, que integrou o sudoeste goiano e o Estado do Mato Grosso.

Para Estevam (2004)

O POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) foi bastante explícito em seus objetivos e teve como orientação única a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e Oeste de Minas Gerais. Distingui-se dos demais pela sua natureza tipicamente setorial: não visou extrapolar metas marcadamente de timbre econômico e estruturou-se em algumas atividades básicas, especificamente na dotação de infra-estrutura, pesquisa agropecuária e concessão de linhas de financiamento rural (p.157).

O POLOCENTRO, principal Programa Regional do IIPND (1975-1979) foi criado pelo Decreto nº 75320/1975

Armazenagem, estradas e energia foram os setores privilegiados por esse programa, que implantou centros, unidades de pesquisa e campos experimentais, voltados ao aprimoramento da tecnologia de cultivos e à pecuária de corte. Esse sistema de pesquisa, sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) alcançou resultados positivos, avaliados através dos níveis de produtividade. Além desse núcleo de pesquisa foram montadas unidades especializadas de assistência técnica com gerenciamento de empresas privadas, coordenadas pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) objetivando o crescimento e expansão das atividades agropecuárias.

A divulgação das tecnologias desenvolvidas pelo programa ficou a cargo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que, através de programas voltados à capitalização da agricultura no Cerrado, possibilitaram o incremento da produção e o aumento da produtividade, fatores que propiciaram a competitividade dessa agricultura em relação às outras do país (SHIKI,1998).

O Programa de Cooperação Nipo - Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) impulsionou o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste, inserindo o cerrado nas áreas produtivas.

Segundo Mueller (1990)

Esses dados refletem uma característica básica do Polocentro. Ele foi na realidade um programa para o estímulo da média e da grande agricultura empresarial nas áreas do cerrado. Mediante o fortalecimento de crédito altamente subsidiado, de assistência técnica e de remoção de obstáculos ao seu funcionamento. A pequena agricultura das áreas atingidas quase não se beneficiou. Os objetivos do Polocentro, enunciados nos seus documentos básicos foram desvirtuados pela ação de setores influentes, que conseguiram voltar a administração do programa a seu favor. (p. 55).

Em resposta à crise do petróleo na década de 1970 e em função da crescente indústria canavieira, foi criado em 14 de novembro de 1975, o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), com o propósito de incentivar a produção de álcool no Brasil. O objetivo

precípua desse programa era que esse produto passasse a ser usado, em larga escala, como combustível veicular, em substituição à gasolina.

Foram criadas, então, linhas de crédito para instalação e ampliação de destilarias vinculadas a usinas de açúcar já existentes, assim como a construção de novas unidades produtivas. Algumas dessas unidades vieram de São Paulo para o Centro-Oeste, instalando-se no Sudoeste goiano (SZMRECSANY e MOREIRA, 1991).

O Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB) também beneficiou o Estado de Goiás. Integrar o entorno de Brasília ao processo de desenvolvimento regional objetivou a criação desse plano, cujas ações foram dirigidas para as áreas de saúde, educação, energia elétrica, saneamento ambiental, transporte rodoviário, agropecuária e agroindústria.

Para atingir os objetivos propostos pelo programa foram definidas cinco zonas como núcleos fundamentais para investimentos: o eixo Ceres-Anápolis, contemplado com 32% dos investimentos, aplicados em desenvolvimento industrial e rural; a Área de Influência das BRs-040 e 050, aplicou os recursos recebidos (14%) em transportes, saneamento e melhorias urbanas; a Área de Mineração obteve 10% dos recursos e os aplicou em transporte e energia e o Vale do Paranã obteve 16% aplicados principalmente em transporte e energia.

Conforme Estevam (2004)

No concernente ao desenvolvimento industrial o programa concentrou-se fundamentalmente na implantação do Distrito Agroindustrial de Anápolis. Este, situado no eixo Ceres-Anápolis, tornou-se o mais importante da região geoeconômica de Brasília (p.160)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, através de financiamentos direcionados à execução de programas voltados a setores produtivos (Ministério da Integração Nacional, 2004).

O Fundo Constitucional instituído pela Lei nº7827/1989, financia investimentos de atividades produtivas de mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas; contempla novas formas de organização produtiva voltadas para o desenvolvimento de pólos dinâmicos da economia regional como os Arranjos Produtivos Locais (APL's). Essa nova forma de organização produtiva promove o fortalecimento do associativismo e melhora, graças à redução dos custos de produção e comercialização, a competitividade da região. O

fortalecimento de cadeias produtivas estratégicas e a expansão de suas atividades possibilitam, à economia regional, integrar-se a áreas dinâmicas do comércio nacional e internacional.

Com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, o Governo Estadual, por meio da Lei nº7700/1973, criou programas de incentivo à industrialização de Goiás. Após a Constituição de 1988, foram criados planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Segundo Paschoal (2004), os problemas de ordem interna como desequilíbrio fiscal e gastos para combater o avanço da inflação aliados a problemas de ordem externa como a crise do petróleo, taxa de câmbio e juros, não permitiram à União continuar mantendo políticas de desenvolvimento no âmbito nacional. O desenvolvimento regional passou, então, para o domínio dos Estados. Estes, para atrair indústrias com base em incentivos fiscais e financeiros, criaram programas embasados nas potencialidades econômicas e regionais do Estado.

Criado pela Lei Estadual nº 9489/1984 e regulamentado pelo Decreto nº 2453/1985, o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR - tinha, como objetivo principal atrair indústrias para Goiás. Os recursos para a implantação do programa viriam do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Através desse programa foram criados 45 distritos de agroindústria concentrados na parte Centro-Sul do estado.

Privilegiando grandes empresas concentradas nas áreas de alimentos, confecções e laticínios, muitas em processo de automação o FOMENTAR conforme Paschoal (2004) não atingiu os resultados esperados. A geração de empregos foi baixa e os empreendimentos nas áreas de eletroeletrônico, indústria química e metal-mecânico, inexpressivas.

Não se pode, no entanto, negar, a importância do programa para a industrialização do estado.

Em 2000 é lançado o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) que, de acordo com Silva (2002), objetivava: transformar Goiás em importante pólo agroindustrial através da expansão e da modernização da indústria, renovar estruturas produtivas, aumentar a competitividade estadual com vistas à geração de emprego e renda e a minimização das desigualdades sociais.

O Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) foi criado através da Lei nº 13.591/2000. Esse programa contempla o grande, médio, pequeno e micro empreendimento.

Outro mecanismo de implementação do crescimento econômico de Goiás, foi o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Linha de crédito direcionada à produção rural, objetivava, especificamente, estimular os investimentos rurais com armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, favorecer a comercialização desses produtos,

possibilitar o fortalecimento econômico especialmente, dos pequenos e médios produtores rurais e incentivar a introdução de métodos de produção que propiciassem o aumento da produtividade, a adequada defesa do solo e, conseqüentemente melhor qualidade de vida.

O objetivo da política de crédito era proporcionar mudanças profundas no desenvolvimento agrícola brasileiro que, até então, utilizava técnicas tradicionais, com vistas a ampliar o mercado para o setor industrial produtor de máquinas e insumos agrícolas.

O processo de modernização da agropecuária brasileira se beneficiou com a política de crédito que propiciou a compra de tratores, de outros equipamentos agrícolas e de insumos industriais.

2. OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO SUDOESTE GOIANO

Área de ocupação bem antiga, o Sudoeste Goiano se apresenta, atualmente, como uma das mais ricas regiões do Brasil. O avanço da fronteira agrícola para o Sudoeste abriu novas frentes de expansão. A agricultura passou por significativa transformação através da “modernização da agricultura”. A produção agrícola regional ganhou destaque com as culturas de exportação como a soja, o milho e o algodão. Esse novo padrão registrou, no entanto, um crescimento negativo representado por impactos ambientais e sociais.

2.1 Caracterização histórica e regional

Ocupando uma área de aproximadamente 20% da área total do Estado, encontra-se o Sudoeste Goiano. Formada por vinte e seis municípios, a microrregião faz fronteira com os estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Figura 1).



FIGURA 1 – Mapa da Região do Sudoeste de Goiás.

Fonte: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento–Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação

Os primeiros centros urbanos do Estado de Goiás começaram a se formar, durante o ciclo do ouro. Esse povoamento, segundo Palacín e Moraes (2008), teve caráter irregular e instável pois, quando o minério se esgotava em uma região, a população se deslocava em busca de novas minas de ouro. Após o ciclo do ouro a agropecuária de subsistência foi a atividade econômica que se desenvolveu em terras goianas.

Conforme Palacín e Moraes (2008), Goiás cresceu rapidamente, a partir de 1940. Algumas regiões, entre as quais o Sudoeste Goiano, apresentaram forte concentração populacional. A Revolução Industrial acelerou o processo de urbanização – transferência de contingentes humanos do meio rural para as cidades.

Alguns municípios foram criados a partir do desmembramento de municípios já existentes como Montividiu (1987), Castelândia (1991) e Santo Antônio da Barra (1992), criados a partir do município de Rio Verde.

De acordo com Estevam (2004),

A ocupação econômica do Sudoeste Goiano se deu nas primeiras décadas do século XIX coincidindo com a separação do território do Triângulo Mineiro da jurisdição de Goiás. O arraial de Rio Verde consistiu no primeiro povoamento da região e esteve isento, por longo tempo, da obrigação de pagamento de impostos sobre a criação de gado [...].

Do desdobramento do antigo arraial de Rio Verde foram surgindo os principais municípios que hoje compõem a região Sudoeste de Goiás e, no século atual, o Sudoeste despontou como produtor de alimentos, principalmente arroz, comercializado e beneficiado no Triângulo Mineiro. Até 1960 a pecuária e a cultura do arroz predominavam na região. Entretanto, após 1970, no processo de modernização da agricultura em Goiás, o Sudoeste despontou na frente em função do relevo e fertilidade de suas terras além de sua proximidade com a região de São Paulo. Diversificou de forma notável a sua economia e conserva características similares às mais avançadas áreas de cultivo agropecuário do interior paulista (p.202).

Como pode ser observado na tabela 6 a densidade populacional do sudoeste goiano é bastante heterogênea. Os municípios mais antigos – Rio Verde (1854), Jataí (1882) e Mineiros (1905) apresentam a maior densidade populacional.

Tabela 6 - Goiás – Municípios da Região Sudoeste – Área e População - 2009

	Área (Km ²)	%	População (hab)	%	Ano de criação
Acreúna	1.566	2,55	19.246	3,71	1976
Aparecida do Rio Doce	602	0,98	2.871	0,55	1991
Aporé	2.900	4,72	3.708	0,72	1958
Cachoeira Alta	1.654	2,69	8.235	1,59	1953
Caçu	2.251	3,66	11.343	2,19	1953
Castelândia	297	0,48	3.557	0,69	1991
Chapadão do Céu	2.355	3,83	5.863	1,13	1991
Gouvelândia	831	1,35	4.790	0,92	1987
Itajá	2.091	3,40	5.528	1,07	1958
Itarumã	3.434	5,58	5.490	1,06	1953
Jataí	7.174	11,67	86.447	16,68	1882
Lagoa Santa	459	0,75	1.346	0,26	1997
Maurilândia	394	0,64	11.604	2,24	1963
Mineiros	8.896	14,47	48.329	9,32	1905
Montividiu	1.875	3,05	9.965	1,92	1987
Paranaiguara	1.154	1,88	7.862	1,52	1953
Perolândia	1.030	1,67	2.830	0,55	1991
Portelândia	551	0,90	3.321	0,64	1963
Quirinópolis	3.780	6,15	39.756	7,67	1943
Rio Verde	8.388	13,64	163.021	31,45	1854
Santa Helena de Goiás	1.128	1,83	36.336	7,01	1948
Santa Rita do Araguaia	1.362	2,21	6.277	1,21	1953
Santo Antônio da Barra	452	0,73	4.295	0,83	1992
São Simão	414	0,67	14.373	2,77	1958
Serranópolis	5.527	8,99	7.813	1,51	1958
Turvelândia	934	1,52	4.068	0,78	1988
Total da Região	61.499	100,00	518.274	100,00	
% de Goiás	18,08		8,75		
Goiás	340.087		5.926.300		

Fonte: Seplan/GO (2009) – () População estimada

Vindos de Minas Gerais e São Paulo, os primeiros habitantes da região se dedicaram à pecuária e à agricultura. Água abundante e boas pastagens favoreceram o desenvolvimento da região sudoeste. A abertura da Estrada de Ferro, no início do século XX, melhorou o acesso à região (MAIA, 2005)

A agropecuária era, em 1940, a principal atividade econômica da região e as indústrias de transformação eram ligadas ao beneficiamento de carne e couro.

O arroz, o milho, a cana, o feijão, o café produzidos destinavam-se, em grande parte, à subsistência ou ao cuidado dos animais, pois era pequeno o comércio com outras regiões do Estado.

Conforme Gonçalves (2003)

O Sudoeste apresentou diferenciadas etapas na formação econômica. Primeiro, a exploração da pecuária extensiva que vai da ocupação até o fim do século XX. Em seguida, começa a destacar-se no cenário goiano pela produção de arroz, milho e feijão.

Nas últimas décadas, com a incorporação de tecnologias avançadas no campo, angariou o troféu de sede dos mais diversificados produtores agropecuários do Estado (p.219).

A formação econômica do Sudoeste apresenta etapas diferenciadas:

- a primeira etapa marcada pela pecuária extensiva – da ocupação até o início do século;
- a modernização da agricultura, a partir de 1960, é o marco da nova fase.

De acordo com Maia (2005, p.93) “[...] se até as décadas de 1950 e 1960 havia a concentração da produção em áreas de mata fechada e nas margens de rios, após algumas pesquisas viu-se a possibilidade da utilização dos solos do cerrado nessa produção.”

Correções do solo como calagem e o ajustamento do pH fazem, do cerrado, uma região com enorme potencial para a agricultura.

Conforme Calaça e Dias (2010), as terras do cerrado, agora agricultáveis, passam a fornecer alimentos básicos, como arroz e feijão. O cerrado, cujas terras eram vistas como improdutivas, desperta o interesse dos agroexportadores. O uso da moderna tecnologia insere, o Cerrado no cenário econômico.

Políticas desenvolvimentistas e a implantação de novas técnicas agrícolas introduzidas pela Revolução Verde dinamizaram, o desenvolvimento agrícola. Com a incorporação do Cerrado à nova fronteira agrícola, a região Sudoeste registrou nova etapa em seu desenvolvimento, com a chegada, no final dos anos 60, de imigrantes vindos de países como Estados Unidos e Rússia e produtores rurais vindos dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, entre outros.

Culturas tradicionais voltadas para subsistência foram minimizadas dando lugar a culturas mais comerciais. A partir da década de 1970, pesquisas realizadas evidenciaram o potencial agrícola do cerrado.

Conforme Warnken (1999), a substituição de importações visando economizar divisas, estimular o desenvolvimento industrial, ocupar o território nacional, além de manter baixo o preço dos alimentos para melhorar a dieta nacional foram objetivos da implantação de incentivos governamentais que dinamizaram o desenvolvimento da agroindústria, no início da década de 1970.

De acordo com Ferreira (2001, p.112) os cerrados eram vistos: “Como áreas de terras improdáveis para a agricultura, devido ao solo ácido, pobre em nutrientes e com alta concentração de alumínio, elemento este desfavorável às espécies vegetais agricultáveis, por apresentarem certa toxicidade”.

A incorporação dessas áreas e a introdução de novas técnicas de trabalho resultaram em uma “agricultura moderna” altamente mecanizada.

Goiás, mais precisamente a microrregião do sudoeste goiano se beneficiou, com grandes investimentos na agricultura. Grandes lavouras de soja e o cultivo do milho em escala comercial passaram a fazer parte da paisagem agrícola do sudoeste goiano.

Conforme Correia (2006)

A década de 1970 se constituiu num marco de significativa importância para a história do desenvolvimento regional de Goiás, uma vez que é a partir dela que se consolidam as transformações da economia goiana rumo a uma nova ordem centrada na modernização da economia capitalista (p.50).

Nessa década, o Estado de Goiás cuja agricultura não utilizava modernas tecnologias, é beneficiado com investimentos federais advindos dos I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A partir de inovações tecnológicas foram iniciadas as transformações no campo, propiciando a modernização da agricultura.

2.2 Caracterização Econômica do Sudoeste Goiano

A economia goiana esteve ligada à agricultura de subsistência e à pecuária extensiva até o início do século XX.

As décadas de 1940 e 1950 são marcadas por altas taxas de crescimento demográfico. Além da cidade de Anápolis, cidade pólo por ser um grande centro atacadista e abrigar as primeiras indústrias goianas, outras cidades passam, em função desse fator, a reforçar a economia goiana: Goiânia, Rio Verde, Jataí, Itumbiara e Catalão.

No início da década de 1970, a expansão de novas terras agricultáveis, possibilita o plantio de arroz de sequeiro e de algodão. Grande maioria dessas áreas foram substituídas posteriormente, pela cultura do milho e da soja.

Conforme Arrais (2006), na década de 1970 a transformação das terras do Cerrado, em terras rentáveis para a agricultura comercial, em especial no Sudoeste Goiano, reforçou o perfil agrícola do Estado e ensejou o crescimento das cidades do Centro-Sul.

A rizicultura e posteriormente a sojicultura propulsionaram a abertura da fronteira agrícola nos anos de 1970. O plantio de pastagens com cultivo de forrageiras beneficiaram a pecuária com aumento da produtividade do rebanho.

Graças a incentivos de programas federais voltados a promover a inovação e a difusão tecnológica, foram realizados estudos e pesquisas que tornassem conhecido o potencial econômico da região. Vale citar: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo – Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). O primeiro teve como objetivo o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias do Centro-Oeste mediante a ocupação racional de áreas do cerrado e seu aproveitamento em escala empresarial.

Programa voltado para a abertura da fronteira agrícola, as políticas favoreceram os grandes e médios produtores em detrimento dos pequenos.

O PRODECER (1980) acordo firmado entre o Brasil e o Japão, foi um programa voltado à constituição de fazendas de médio porte, destinadas principalmente à produção de grãos. O objetivo desse programa era desenvolver a agricultura moderna em áreas de cerrado.

Na década de 1980, o milho, o arroz e a soja constituíam-se nos principais produtos agrícolas da região.

Em 2001 a lista desses produtos se amplia e a soja, a cana-de-açúcar, o milho, o sorgo, o trigo, o tomate, o feijão, o girassol, o algodão se colocam como algumas das principais culturas permanentes e temporárias da microrregião do Sudoeste. A cultura do milho ganha destaque a partir de 2001, em função do crescimento da avicultura e da suinocultura na região, por ser matéria-prima essencial na produção de rações animais.

Conforme Arrais (2006) a concentração da produção de milho na microrregião Sudoeste Goiano foi influenciada pela vinda de empresas ligadas ao complexo agroindustrial, gerando uma demanda para a alimentação de aves e suínos.

Na safra de 2010 a média de produção ficou em 122 sacas por hectare. A previsão para 2011 é de manter a mesma média.

São destaque na cultura desse grão os municípios de Jataí, Chapadão do Céu, Rio Verde e Montividiu. No período de 1990 a 2007, o crescimento da produção da cana-de-açúcar foi acentuado.

Em função do aproveitamento de fatores ligados à produção como uso racional de insumos e mecanização, Goiás apresentou aumento na produção resultante não só da expansão da área cultivada, em alguns casos e, em outros, de maior produtividade.

O resultado positivo registrado pela agricultura nesse período está ligado à capacidade empreendedora dos produtores goianos e às políticas públicas adotadas pelo governo estadual.

O Estado de Goiás ocupa, atualmente, o quarto lugar no cultivo da cana-de-açúcar, o segundo na produção de etanol e sexto na produção de açúcar.

Em 2002, Santa Helena de Goiás, na microrregião do Sudoeste Goiano, foi o município com maior produção de cana-de-açúcar, destinada à produção de álcool e também à produção de açúcar.

A instalação da Usina Santa Helena de Goiás foi motivado por três fatores, que continuam sendo motivadores para os investimentos feitos a partir de 2005 no setor da agroindústria canavieira. São eles: melhor terra agricultável do Estado, alto índice de produtividade e topografia plana e regular.

A partir de 2005, em função da demanda pelo mercado mundial, de energias alternativas e renováveis, o crescimento das lavouras de cana-de-açúcar cresceu de maneira considerável na região sudoeste principalmente nas cidades de Quirinópolis, Rio Verde, Jataí e Mineiros, em função do interesse pelo etanol.

Encontra-se em funcionamento usinas e destilarias, em 15 municípios do Sudoeste goiano: Acreúna, Aporé, Chapadão do Céu, Itarumã, Jataí, Montividiu, Quirinópolis, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra, São Simão, Serranópolis e Tuverlândia.

As usinas de açúcar possuem uma média de processamento maior do que as destilarias que são empresas de pequeno porte.

Algumas usinas em operação no estado já comercializam o excedente de energia através da queima do bagaço e da palha de cana. A estimativa é de que, até 2015, a agroenergia represente cerca de 15 % da eletricidade gerada no Brasil.

Segundo dados do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás (SIFAEG), a safra 2010/2011, será de aproximadamente 70% de produção de etanol e 30% de açúcar.

Fatores internos e externos podem contribuir para que a produção de álcool e açúcar se torne excelente segmento da pauta de exportação goiana. Graças à comercialização de carros flex, cujo funcionamento pode se fazer tanto com gasolina como com álcool, ou com a mistura dos dois combustíveis e, no cenário internacional, a elevação do preço do açúcar e a incorporação do discurso ambiental na questão energética dos países desenvolvidos.

No Brasil, a soja chegou com os primeiros imigrantes japoneses em 1908. Porém, somente a partir de 1970 a cultura dessa oleaginosa se expandiu, em função do crescente interesse da indústria do óleo e da demanda do mercado internacional.

Até os anos de 1950, a pequena produção da soja era consumida como forragem para bovinos ou como grão para o engorde de suínos nas pequenas granjas produtoras do interior gaúcho.

O Sudoeste Goiano, uma das regiões brasileiras mais importantes na produção de grãos tem, na sojicultura, a atividade agrícola de maior destaque.

O Cerrado se torna, na década de 1980/1990, em função de elevada demanda da soja, a região de expansão da sojicultura. Solo muito pobre, com elevada acidez, excesso de ferro e alta concentração de manganês impedia que as culturas se desenvolvessem.

Beneficiada pelo programa de ação regional do II PND (1975-1979) – POLOCENTRO – que objetivava a abertura de fronteiras agrícolas e liberação de crédito subsidiado, a região atraiu muitos produtores. Desmatamento, práticas de conservação do solo, correção de acidez com aplicação de calcário, intensa adubação e rotação de culturas para a recuperação da terra, foram exigências do programa.

Amaral (2002) afirma que, a construção da capital federal teve como objetivos o povoamento do interior do Brasil; o desenvolvimento da agricultura em Goiás, no Mato Grosso e Maranhão; a aplicação de recursos econômicos em áreas despovoadas e o desenvolvimento de um sistema de comunicação que contribuísse para a integração nacional.

No mercado interno há uma demanda garantida pelas agroindústrias que processam o grão e pelas empresas produtoras de ração que utilizam derivados dessa cultura para a composição de seus produtos. No mercado internacional não existe barreira comercial para a exportação desse grão.

Ribeiro (2003) diz que as mudanças econômicas e sociais ocorridas na região Sudoeste de Goiás têm como principal símbolo a soja.

O cultivo, manejo e a posterior comercialização da soja se dão dentro dos moldes capitalistas de acumulação, requerendo técnicas, gerenciamento, mão de obra, enfim, relações de trabalho e de produção diferenciadas das caracteristicamente regionais. O novo padrão técnico de produção, por sua vez, promove, e ao mesmo tempo requer, alterações na estrutura econômica a partir da maior circulação de bens e de serviços demandados e gerados, o que desemboca na integração de capitais e capitalização das atividades agrícolas. A dinamicidade da economia regional e local é modificada uma vez que a cultura da soja é dotada da capacidade de movimentação de grandes somas de capital, colocando a região em relação estreita com o mundo. Exceto o óleo, os demais subprodutos da soja são produtos tipo exportação, com pequenos índices de consumo interno, daí a capacidade de movimentação de capital (p.58).

A participação da sojicultura na área de lavouras temporárias em 90/92 foi de 22,6% em 10239 ha, passando para 41,4% em 2005/2007 em 22027 ha.

O complexo soja é o principal item de exportação do Brasil. Responsável por quase um terço da pauta de exportações, o Brasil ocupa, no ranking mundial de exportação da soja, o segundo lugar, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

O agronegócio brasileiro apresentou resultados positivos para o desempenho do País no comércio internacional entre os anos 1999 a 2009.

As carnes, outro destaque do comércio agropecuário, são responsáveis por 18% das vendas internacionais do setor. Com base nos resultados alcançados nos últimos anos, há uma previsão de que o Brasil continuará liderando as exportações mundiais de carnes bovinas e de frango.

O País foi muito beneficiado com o desempenho do setor agropecuário e, segundo Eduardo Sampaio Marques² “houve crescimento de renda, população, expectativa de vida e, ainda, um forte processo de urbanização. Graças às características de clima, solo e abundância de água, desenvolvimento de tecnologia, empreendedorismo do produtor rural e políticas públicas, o País aumentou a participação no mercado externo em mais de mil por cento”.

A cultura da soja tem ocupado os espaços regionais na produção agrícola, representando mais da metade de todo produto cultivado no Estado. A soja é o produto de maior importância na pauta de exportações goianas.

O processamento da soja, na região Sudoeste Goiano é feito em grande parte, pela Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO).

O arroz teve uma grande redução nas áreas de lavoura da região. O feijão, embora apresente redução em termos de áreas plantadas, ainda é uma cultura presente na produção do Sudoeste. O sorgo ocupa área significativa nas lavouras temporárias do Sudoeste, disputando com o milho, o mesmo espaço produtivo. A cultura do algodão apresenta taxa de crescimento positiva. Pesquisas para o desenvolvimento de variedades para o Cerrado têm beneficiado a cotonicultura.

Segundo Estevam (2004)

A soja produzida no Sudoeste corresponde a mais da metade de todo o produto cultivado no Estado e o milho e o algodão colhido na região representa a metade do montante de Goiás. A lavoura do sorgo, por sua vez, praticamente existe só no Sudoeste que produz quase a totalidade do produto no Estado. De resto, a zona Sudoeste produz 26 por cento do arroz e grande parte do feijão de Goiás. Rio Verde, por si só, consta entre os maiores produtores de algodão, arroz de sequeiro, melancia, soja, feijão, sorgo e milho do Estado (p. 204).

² Diretor de promoção internacional do agronegócio. <http://fpagronegociosbrasil.blogspot.com.br/> acessado em 23/03/2012

2.3 Industrialização

Para que o processo de desenvolvimento ocorra de forma satisfatória, importa a capacidade de organização social da região, associada ao aumento de sua autonomia para tomada de decisões.

2.3.1 O processo de industrialização no Brasil

O processo de industrialização no Brasil nasceu com a função de substituir as importações de produtos industrializados de outros países, inclusive dos EUA, e teve como fatores desencadeadores a quebra da Bolsa de Nova York e a Grande Depressão, em 1929, culminando com a dificuldade de importação de produtos industrializados no país e a crise do complexo cafeeiro que, até então, tinha no café seu produto mais importante para a exportação brasileira.

Durante a Primeira República, a política econômica teve o café como eixo fundamental da economia. Foi uma época de grande euforia expansionista para o setor agroexportador gerando aumento da procura do produto no plano internacional e, ainda, um grande movimento de imigração naquela última década do século XIX. Neste período, o poder público em quase nada interferia nas negociações. O grande aumento da produção, ao lado da diminuição da procura, foi responsável por uma queda acentuada dos preços no mercado internacional acarretando na desvalorização da moeda nacional, fato que refletiu expressivamente na economia brasileira.

Entre 1898 e 1906, o poder público federal optou por adotar ou manter programas de estabilização econômica como a desvalorização da moeda, para enfrentar as fortes pressões do setor cafeeiro, e, ao mesmo tempo, proteger o produto.

O desenvolvimento de algumas indústrias específicas foi estimulado, pelo Estado, a partir da Primeira Guerra. O mesmo não aconteceu com o desenvolvimento industrial, de modo geral.

Segundo Suzigan (1982), a indústria de transformação, com exceção da indústria açucareira, não recebeu nenhuma assistência do governo, no período que antecedeu a primeira guerra mundial. Ocasionalmente, foram concedidas isenções de direitos sobre maquinaria importada e apoio ao sistema de transportes, infraestrutura e outros.

A política econômica brasileira então adotou uma atitude protecionista uma vez que eram inegáveis a força e a importância do setor cafeeiro. Em meados da década de 1920, o Estado de São Paulo assumia a defesa permanente do produto e de um conjunto de atividades econômicas tais como a produção, a distribuição, o financiamento e a comercialização do produto, que giravam em torno daquele setor. Todo esse complexo que se formou foi responsável pela expansão industrial e das estradas de ferro e ampliação do mercado para o interior do Estado.

Também o Brasil foi alvo de mudanças naquela época. Surgiu uma nova realidade no interior de uma sociedade calcada na agroexportação. A crise de 1929 abalou consideravelmente a classe cafeicultora e as estruturas políticas da antiga República. Chegava ao fim um modelo de economia essencialmente agrária. A Revolução de 1930 marcou a perda da hegemonia política das oligarquias alavancando o processo de industrialização do país em decorrência do grande êxodo rural, do aumento da população urbana e do nascimento de um mercado consumidor.

A industrialização brasileira estava vinculada à produção cafeeira e aos capitais derivados da mesma e, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o café cultivado nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e em algumas regiões de Minas Gerais era o único produto brasileiro de exportação exercendo grande importância para a economia do país.

A substituição do trabalho escravo e a adoção do trabalho assalariado, processo que ocorreu impulsionado por três fatores: a proibição do tráfico internacional de escravos em 1850, os elevados índices de mortalidade dos escravos resultado da intensa exploração a que eram submetidos, e o subsequente aumento dos preços para se obter escravos, foi o fato mais importante que ocorreu no período cafeeiro. Assim, passou a ser mais lucrativo para o capital cafeeiro o uso do trabalho assalariado em relação ao trabalho escravo. A imigração rumo ao Brasil no final do século XIX foi motivado pelo desemprego verificado na Europa no final do século XIX e pela prosperidade por que passava a economia cafeeira brasileira. Estas foram, portanto, a principal causa e consequência da acumulação de capital proporcionada pela cultura cafeeira no Brasil.

Sobre as relações entre os recursos disponibilizados pela economia cafeeira e o nascimento da indústria no Brasil, Silva (1985) afirma que a relação entre o setor cafeeiro e o setor industrial apresentou um aspecto contraditório. Enquanto a exportação estimulava o setor industrial, propiciando acumulação de capital, a indústria não se especializava, deixando em segundo plano o desenvolvimento da indústria no país.

Segundo Ianni (1978), três etapas marcam a evolução do setor industrial no Brasil. A primeira acontece quando na economia brasileira dominava o modelo “exportador”, que vigorou até 1930. O capital advindo do setor cafeeiro possibilitava a abertura e incentivos à produção artesanal e fabril. A segunda etapa da formação do setor industrial foi o momento de se adotarem medidas no sentido de propiciar a diversificação e expansão do setor com a adoção e implantação do modelo “substituição de importações”. Dispondo de farta mão de obra barata em razão do grande êxodo rural ocorrido, a indústria passou a investir no ramo têxtil e alimentício, mas teve sua ação restringida devido à insuficiência financeira e tecnológica para desenvolver uma indústria de base. Por fim, a terceira etapa do desenvolvimento industrial no Brasil diz respeito ao momento da internacionalização da economia.

Ianni (1978), afirma ainda que a etapa de internacionalização da economia foi um momento de aliança entre capitais nacionais e estrangeiros que começou, politicamente, com o golpe de Estado de 1964, não obstante, na prática, ter sido iniciado anos antes, com o Programa de Metas do governo Juscelino Kubitschek onde o sistema cambial seria usado, por parte do Estado, como um eficiente instrumento de fomento à industrialização brasileira.

O processo de industrialização do Brasil não ocorreu em nível nacional, uma vez que a primeira região a se desenvolver industrialmente foi a Sudeste, com o ingresso de estrangeiros oriundos de países como Itália, Alemanha, Japão dentre outras, que vieram para compor a mão-de-obra e contribuir no povoamento do país.

Estes imigrantes vieram a constituir uma classe propulsora de várias indústrias nacionais que passaram a produzir para o consumo próprio, tal como era realizado em seu país de origem.

Segundo Mamigonian (2005), as condições internas da sociedade brasileira no século XIX, tornavam impossível o crescimento industrial. A vinda de imigrantes europeus e asiáticos para o Brasil promoveu o aumento da produção e do consumo e possibilitou o ingresso do país em um capitalismo do tipo europeu do século XIX.

Landes (1994) considera que a industrialização de um país faz parte de um processo maior e mais complexo. Ainda, conforme Landes (1994)

[...] muitas vezes designado como modernização. Trata-se da combinação de mudanças - no modo de produção e de governo, na ordem social e institucional, no corpo do conhecimento e nas atitudes e valores - que possibilita a uma sociedade manter-se no século XX, isto é, competir em termos de igualdade na geração de riquezas materiais e culturais, preservar sua independência e promover mudanças, adaptando-se a elas (p.11).

Para Mamigonian (2005) só é possível compreender o processo de industrialização brasileira a partir da organização da sociedade em razão de sua complexidade e dinamismo.

No Brasil, o surgimento e o desenvolvimento das primeiras empresas foram, em sua maioria, em grupos familiares do começo do século passado, quando as companhias caracterizavam-se por uma estrutura de capital pouco alavancada e eram administradas por seus proprietários.

Cada país, cada região, reage às imposições capitalistas e apresentam diferentes níveis de desenvolvimento industrial, característica própria de um sistema contraditório como é o sistema capitalista de produção.

Siffert Filho (1998), diz que, entre as décadas de 1930 e 1980, grandes empresas estatais, empresas privadas com controle familiar e algumas empresas estrangeiras formavam um parque industrial diversificado e relativamente moderno. A inserção dessas empresas se fez em uma economia caracterizada por baixa concorrência.

Scarlatto (2000) relata que a participação das regiões brasileiras em relação à sua atuação no desenvolvimento industrial

Em 1970 o Sudeste representava 80,7% da produção industrial nacional. Desde então, verificou-se uma significativa política de suas empresas investirem em outras regiões... A Sudene criou enormes atrativos para que tais investimentos ocorressem em direção ao Nordeste. Assim também se deu a expansão de empresas nacionais e multinacionais para a Amazônia, através de atividades atrativas e da implantação de grandes usinas hidrelétricas, como as de Balbina, no Estado do Amazonas e Tucuruí, no Pará. O crescimento da industrialização do Centro-Oeste está também relacionado com a expansão das empresas sediadas no Sudeste. Essa expansão resultou de formas ordenadas da exploração do cerrado (p.377).

Em relação à região Centro-Oeste, a agricultura é um elemento importante para a produção do espaço e Santos (2009) ressalta sua importância ao considerar que

Desde o princípio dos tempos, a agricultura comparece como uma atividade reveladora das relações profundas entre as sociedades humanas e o seu entorno. No começo da história tais relações eram, a bem dizer, entre os grupos humanos e a natureza. O avanço da civilização atribui ao homem, por meio do aprofundamento das técnicas e de sua difusão, uma capacidade cada vez mais crescente de alterar os dados naturais quando possível, reduzir a importância do seu impacto e, também, por meio da organização social, de modificar a importância dos seus resultados. Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana mais também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações (p.88).

2.3.2 O movimento de industrialização no Centro-Oeste brasileiro

O desenvolvimento da economia brasileira se deu de forma muito diferente de região para região. No final do século XIX, o movimento de industrialização e urbanização se consolidou com a crise de 1929 e se concentrou na região Sudeste, mais especificamente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

O processo de industrialização brasileiro teve impulso no governo Vargas durante a década de 1930 e apresentou taxas expressivas de crescimento.

Para Mizubuti (2001) o início da industrialização se deveu ao crescimento lento e contínuo do mercado interno, que já possuía nível razoável de mecanização e alguma expressão desde 1880 com exceção do setor têxtil.

Tavares (1983) afirma que o processo de industrialização brasileira ocorreu em dois momentos distintos: quando da substituição de bens não duráveis devido à baixa nas importações e, num segundo momento, com a melhora da capacidade de exportação no período pós Segunda Guerra.

E, foi neste segundo momento que o Centro-Oeste brasileiro aproveitando a demanda advinda da urbanização que ocorria nas regiões centrais do Brasil iniciou sua industrialização, apesar de tardia. Utilizada como alicerce para a industrialização da região Sudeste do Brasil, esta região investiu na produção de alimentos concentrando-se mais em setores de baixa tecnologia ligados às indústrias alimentícias, de bebidas, construção civil e minerais não metálicos. Esta atitude auxiliou no surgimento dos complexos agroindustriais da região.

A industrialização da região Centro-Oeste não se fez de forma idêntica às demais regiões por não apresentar as condições necessárias para a implantação de indústrias. Para que a industrialização ocorresse satisfatoriamente, era necessário que houvesse políticas governamentais favoráveis, o que só foi implantado nos governos pós 1930.

A partir da década de 1930, o Centro-Oeste esteve diretamente ligado ao desenvolvimento industrial do país quando intensificou seu desenvolvimento agrícola com o objetivo de atender ao mercado consumidor de produtos agrícolas do Sudeste. A carência de mão-de-obra mais barata motivou a indústria a pressionar o setor agrícola, elevando a oferta de bens primários e reduzindo preços dos produtos agrícolas, uma maior oferta e um menor custo da força de trabalho industrial, fundamentais para o fortalecimento do setor industrial brasileiro.

Estevam (2004) afirma

Em síntese, no final do século XIX sedimentou-se no imenso espaço de Goiás um caleidoscópio de populações e um intrincado mosaico de relações inter-regionais. Enquanto, pouco a pouco, o centro-sul entrelaçava-se com Minas Gerais e São Paulo, o norte mantinha-se alheio em suas convivências particulares (p.54).

O processo de industrialização da região Centro-Oeste se deu em decorrência do processo de industrialização da região Sudeste que passou a demandar da agricultura uma evolução técnica e produtiva e, em decorrência desta atitude, promoveu uma reestruturação do espaço agrário nacional e sua reorganização de acordo com os interesses do capitalismo industrial.

Com o fornecimento de bens primários a região Centro-Oeste deu sua contribuição à nova dinâmica capitalista, enquanto na região sudeste ocorria o desenvolvimento industrial responsável pela reorientação da distribuição espacial das atividades econômicas em Goiás.

O Centro-Oeste brasileiro transformou-se significativamente desde os anos 80. Até então, a força econômica da região era a pecuária, com criações extensivas de gado.

A principal causa para que o Estado de Goiás tenha alcançado o atual estágio de industrialização, sem dúvida, foi sua política de incentivo fiscal para estimular investimentos industriais. Esta nova estrutura econômica e social requer uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que integre a produção familiar na economia regional, tentando respeitar o meio ambiente, embora nem sempre isto tenha ocorrido.

2.3.3 O processo de industrialização e a globalização da economia

O desenvolvimento agrícola e industrial do Centro-Oeste esteve diretamente ligado ao desenvolvimento do país. De acordo com Bezerra e Cleps Júnior (2004), o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste foi intensificado a partir da década de 1930, objetivando atender a região Sudeste.

Mueller (1990, p.50) relata que “a participação governamental, frequentemente tardia, ocorria apenas quando deficiências de infraestrutura ameaçavam a viabilidade das frentes de agricultura comercial”.

O Plano de Metas, promessa de campanha do Presidente Juscelino Kubitschek, teve como base para sua implantação o Processo de Substituição de Importações (PSI) que se iniciou com “a substituição de importações de bens finais não duráveis que envolvem tecnologia simples e pouco capital” (BIELSCHOWSKY, 2004, p.25) e se aprofundou no governo Vargas o qual

desejava que o país começasse a trocar seus produtos primários por "máquinas que pudessem fabricar máquinas" (SOROMENHA, 2000, p.12).

O Plano de Metas tinha como objetivo estabelecer as bases de uma economia industrial madura no país através de um projeto de expansão de cunho desenvolvimentista baseado no planejamento das ações.

Conforme Guimarães; Leme (2002)

O Plano de Metas foi um grande divisor de águas entre o processo de ocupação – tipificado pelas frentes de subsistência e as frentes de pecuária extensiva e rudimentar – e a moderna incorporação do Centro - Oeste, caracterizada pelas novas frentes de agricultura comercial e bovinocultura tecnificada, assim como as frentes especulativas. O Plano foi responsável pela montagem de um novo padrão de acumulação de capitais, em cujo arcabouço articulava três grandes eixos: a) abolição dos pontos de estrangulamento da economia, por meio de investimentos infra-estruturais a cargo do Estado; b) ampliação e instalação das indústrias de base, estimulando investimentos privados nacionais e estrangeiros; c) interiorização forçada da economia, através da construção da nova capital, sintetizada na proposição de JK, segundo a qual, *“todos os rumos levam a Brasília”* (p.38).

Somente na década de 1970 o ritmo de ocupação do Centro-Oeste acelerou. A política de expansão da fronteira agrícola estimula a ocupação da Amazônia, trazendo à região Centro-Oeste um enorme fluxo de migração, desordenado e desagregador, tornando-a um novo pólo de atração populacional.

Programas específicos como o Programas Integrados de Colonização (PIC) iniciado em 1970, Programa de Redistribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial (PROTERRA), Programa de Incentivo Fiscal para a Amazônia Legal, iniciou em 1966, atuando no Mato Grosso, Tocantins e norte de Goiás, Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados (PRODEGRAN), Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB), Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), criado em 1975, e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) impulsionaram a inserção dos cerrados em uma nova dinâmica econômica que primava pela modernização agrícola.

Goiás, por sua distância dos portos e dos grandes centros consumidores, é um estado que necessita de meios para escoar a produção. Alguns pontos são primordiais para a consolidação do setor produtivo tais como a efetivação de uma política industrial, investimentos em capital humano, gestão pública e empresarial, infraestrutura, crédito e tributos e inovação tecnológica, bem como, infraestrutura, logística, energia e educação.

Somente a partir dos anos de 1980, os incentivos foram criados através de programas oficiais instituídos pelo Governo Estadual, concedidos diretamente para as empresas que se instalaram no estado; geralmente empresas grandes e controladas diretamente pela fazenda pública. Os programas tinham como objetivo atrair negócios direcionados às grandes empresas, como a redução e alongamento da carga tributária, em troca da instalação da empresa no Estado. Muitas empresas migraram para a região, trazendo capital e tecnologia, oferecendo emprego formal e a possibilidade da instalação de pólos de negócios em torno da grande empresa.

As políticas de incentivo fiscal ainda são as garantias de atração de novas indústrias para o território goiano.

Segundo Haddad (2009)

o processo de desenvolvimento sustentável de uma região, que pressupõe o seu crescimento econômico, dependerá, fundamentalmente, da sua capacidade de organização social e política, que se associa ao aumento da autonomia local para a tomada de decisões, ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local, a um crescente processo de inclusão social, a um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional (121/122).

Ainda, de acordo com Marcuzzo (2004),

As transformações mundiais, marcadas pela revolução industrial, revolução científico tecnológica, transnacionalização do capital, disseminação cada vez mais rápida da informação e, conseqüentemente, aumento da competitividade entre as diversas regiões, tornam cada vez mais complexa a tarefa de encontrar formas de desenvolvimento capazes de mantê-las inseridas ativamente no ambiente global comandado pelo sistema capitalista. Sistema esse que ultrapassa fronteiras, reproduzindo-se globalmente e promovendo as regiões que melhor atendem aos seus interesses. É necessário que cada região através de seus agentes comece a “pensar local e agir globalmente (p.159).

A modernização agrícola inseriu a região Centro-Oeste na nova dinâmica econômica do país. Típica região de “fronteira” o Centro-Oeste tornou-se, então, importante região produtora de grão. Consequências inevitáveis para a deterioração do meio ambiente e social, desde a perda da biodiversidade, erosão, êxodo rural, concentração de renda entre outros problemas relacionados ao desenvolvimento urbano aconteceram. Somente as regiões e municípios que se beneficiaram foram aqueles que possuíam infraestrutura, produziam matéria-prima específica e que atendiam o modelo econômico vigente, tornando-se reféns do modelo capitalista.

2.4 A Modernização da agricultura e seus impactos

Até meados do século XX, a agricultura e a pecuária extensiva eram a base da economia do Centro-Oeste, região que tinha pouca importância no contexto econômico nacional, produzindo apenas alimentos básicos para auto-suficiência e comercialização do excedente.

A partir da década de 1930, políticas desenvolvidas pelo Estado promoveram a interiorização e colonização de áreas do território brasileiro até então não valorizadas.

A “Marcha para o Oeste”, a inauguração de Goiânia como nova capital de Goiás, a fundação de Brasília e a construção de grandes eixos rodoviários foram fatores importantes na ocupação e povoamento do interior brasileiro. Nas áreas de cerrado, de solos tidos como pouco férteis, modernas técnicas de produção foram aplicadas para que o solo se adequasse ao cultivo intensivo, resultando em uma agricultura altamente mecanizada.

O padrão de produção agrícola sofreu profundas modificações com a introdução da “Revolução Verde”. No campo biológico, essas alterações reduziam o tempo necessário para que se completasse o ciclo de desenvolvimento da planta; as inovações físico-químicas possibilitavam a redução de problemas do solo, de pragas e doenças. O aprimoramento do plantio, da colheita e do transporte da produção agrícola se beneficiou com as inovações mecânicas – uso de máquinas e equipamentos, insumos e sementes selecionadas que propiciaram a generalização da monocultura.

Conforme Brum (1998) a modernização da agricultura objetivava elevar a produtividade do trabalho, visando o aumento do lucro; redução dos custos unitários de produção com objetivo de vencer a concorrência, superação de conflitos entre capital e latifúndio e possibilidade de implementação do complexo industrial no país.

A agricultura brasileira se modernizou a partir da década de 1960. A introdução do cultivo do arroz e, posteriormente, da soja marcam, na década de 1970 a efetiva abertura da fronteira agrícola. A pecuária se beneficia com o plantio de pastagens e o cultivo de forrageiras que proporcionam aumento da produção e da produtividade do rebanho. Esse processo ocasionou significativas mudanças na produção agropecuária, em função do aumento de indicadores técnicos como insumos industriais (fertilizantes, corretivos de solo, sementes melhoradas, defensivos agrícolas) e máquinas industriais (tratores, colheitadeiras) e a integração entre agricultura e indústria.

Na década de 1970 acontece uma gradativa subordinação da agricultura à indústria – “industrialização da agricultura”. Processadoras de produtos advindos da agropecuária, as

agroindústrias se expandiram e se modernizaram. Em função dessa maior relação entre a agricultura e indústria acontece a formação dos complexos industriais que, segundo Müller (1989)

O complexo agroindustrial, CAI, pode ser definido, como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia e a assistência técnica (p.45).

Silva (1981) afirma que:

Antes as fazendas produziam quase tudo o que era necessário à atividade produtiva: os adubos, os animais e até mesmo alguns instrumentos de trabalho, bem como a própria alimentação dos seus trabalhadores. Agora (a partir da modernização) não: os adubos são produzidos pela indústria de adubos, parte dos animais de trabalho foram substituídos pelas máquinas produzidas pela indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, e os alimentos dos trabalhadores são comprados nas cidades. Isso significa que a própria agricultura se especializou, cedendo atividades para novos ramos não - agrícolas que foram sendo criados. Em outras palavras, a própria agricultura se industrializou, seja como compradora de produtos industriais (principalmente insumos e meios de produção) seja como produtora de matérias primas para as atividades industriais (p.44).

Financiado pelo Estado, através de políticas públicas, esse processo beneficiou muitas microrregiões brasileiras, sendo o Sudoeste de Goiás uma das mais privilegiadas.

O processo de modernização da agricultura desencadeou mudanças na agricultura e na pecuária e trouxe consequências de ordem social e ambiental.

Em consequência da modernização alguns produtos se especializaram, provocando o crescimento de monoculturas.

Com relação à monocultura Gleissman (2000) afirma:

A monocultura é uma excrescência natural de uma abordagem industrial de agricultura, em que os insumos de mão-de-obra são minimizados e os insumos baseados em tecnologia são maximizados com vistas a aumentar a eficiência produtiva. As técnicas de monocultura casam-se bem com outras práticas da agricultura moderna: a monocultura tende a favorecer o cultivo intensivo do solo, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, a irrigação, o controle químico de pragas e as variedades especializadas de plantas. A relação com os agrotóxicos é particularmente forte; vastos cultivos da mesma planta são mais suscetíveis a ataques devastadores de pragas específicas e requerem proteção química (p.35).

Os impactos ambientais provocados pela modernização da agricultura – desmatamento, assoreamento dos cursos d’água, erosão, uso intensivo de agrotóxicos, uso inadequado das reservas hídricas para irrigação – alteram de maneira drástica o bioma cerrado. Estima-se que dois terços de área do cerrado já tenham sido comprometidas.

O desmatamento de extensas áreas para exploração de monoculturas reduz a biodiversidade, colocando em risco a extinção de espécies animais e vegetais. As queimadas, prática ainda muito comum na região, também colocam em risco a biodiversidade através da queima de vegetais e a morte de animais, sendo ainda responsável por influir negativamente, na qualidade do ar, provocar incêndios e aumentar a emissão do gás carbônico responsável pelo efeito estufa.

No que tange à dimensão social, o êxodo rural, expulsa pequenos produtores, que passam a viver, precariamente, na periferia dos centros urbanos. Por não possuírem qualificação para o trabalho, ficam na dependência das demandas colocadas pelo mercado em atividades que não exigem qualificação de mão-de-obra. Para Moreira (2001) a desterritorialização

(...) é o despojamento da propriedade dos meios de produção dos camponeses, cujo caminho são os processos de desnaturização, desterração e desterritorialização do homem (...) e em consequência converte o campesinato em vendedores de força de trabalho (p.12).

Marginalização social, crescimento desordenado e violência urbana são marcas negativas desse processo no âmbito social.

Gonçalves Neto (1997) salienta que:

Ao lado das violentas transferências de populações para o setor urbano, ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, à marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos (p. 109).

A modernização da agricultura brasileira, adjetivada como “modernização conservadora”, foi um processo progressivo e pontual. Permitiu, em alguns locais, um crescimento mais rápido na economia, mas desencadeou efeitos negativos de ordem ambiental e social. Um dos mais perversos foi a exclusão do homem do campo não habituado a trabalhar com a moderna tecnologia e a conseqüente diminuição de renda.

Conforme Martine e Garcia (1987),

... o custo social das mudanças ocorridas agudiza o questionamento das suas vantagens econômicas. Sem dúvida a produção e a produtividade aumentaram, mas não no ritmo esperado. A agroindústria se expandiu rapidamente, mas a produção per capita de alimentos básicos é menor do que no início da modernização. O número de postos de trabalho no campo aparentemente aumentou, mas grande parte dele são de natureza instável e mal remunerados. O campo se industrializou, se eletrificou e se urbanizou, entretanto o êxodo rural também se multiplicou levando ao inchamento das cidades (p.10).

A partir da década de 1970, o espaço agrário brasileiro passou por significativas mudanças. Houve um considerável aumento da produção agrícola, possibilitando melhor desempenho na exportação e crescimento da economia nacional. Esse processo de modernização se fez, entretanto, de maneira excludente, atendendo os interesses da elite rural, com vistas à exportação, em detrimento dos interesses dos pequenos produtores.

De acordo com Graziano Neto (1985, p.27), a agricultura moderna “[...] não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente.”

Para Silva (1981) o que se vê no campo brasileiro é

Uma ‘modernização conservadora’ que privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, auto sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado (p. 40).

A modernização da agricultura concentra-se em produtos de exportação e relega para segundo plano as culturas tradicionais. As consequências sociais advindas dessa mudança são drásticas. As novas tecnologias dispensam, em grande parte, a contratação de mão de obra e tem, como consequência imediata o inchaço das cidades.

As mudanças provocadas no meio natural como o desmatamento, o uso inadequado dos recursos hídricos, e a monocultura provocam mudanças no meio natural, gerando consequências ambientais de grande impacto.

Importa, portanto, minimizar os efeitos negativos e otimizar os positivos para fazer acontecer, um desenvolvimento sustentável

Dentre as tecnologias que visam intensificar o uso do solo de modo a beneficiar o ecossistema, vale citar a técnica do plantio direto. Sistema diferenciado de manejo do solo, o plantio direto diminuiu o impacto da agricultura e das máquinas sobre o mesmo. A palha e os restos vegetais de outras culturas são mantidos na superfície da terra, garantindo cobertura e proteção contra processos danosos como a erosão.

A safrinha, plantio de mais uma safra durante o ano, é uma consequência do Sistema de Plantio Direto. A opção pela soja de ciclo precoce permite ao agricultor realizar a colheita a partir do início de fevereiro, época em que se realiza o plantio da safrinha.

Em palestra pronunciada em 2009, durante o 9º Encontro de Plantio direto, de Rio Verde, o especialista em agroclimatologia e zoneamento de riscos climáticos, Eduardo Delgado Assad³ afirmou que a agricultura brasileira precisa ser reorientada para dar fim aos desmatamentos e, posteriormente, tornar as áreas desmatadas mais eficientes e com menos emissão de carbono e “para isso, é necessário difundir ainda mais o Plantio Direto e investir na integração entre lavoura e pecuária.”

Atualmente em vigor, o 5º Plano Diretor da Embrapa (PDE), em consonância com o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA) e as Orientações Estratégicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelece algumas tendências e as suas implicações para a agricultura brasileira.

Entre essas tendências está uma exigência maior para a conservação e o manejo racional dos recursos ambientais no processo produtivo.

A sustentabilidade ambiental aliada à produtividade é o grande desafio da integração entre lavoura e pecuária.

Conforme Kichel⁴ (2009) em palestra proferida no 9º Encontro de Plantio Direto de Rio Verde, sistemas de produção de carne, leite, grãos, fibras e agroenergia podem e devem ser complementares e potencializadoras se forem executados em consórcio, sucessão ou rotação de culturas na mesma área. Assim, a sustentabilidade do agronegócio será elevada, com melhorias ambientais e sociais, com aumento da produtividade, qualidade e rentabilidade dos sistemas de produção agropecuários.

³ Eduardo Delgado Assad. Doutor pela Universidade de Montpellier, na França e Pesquisador da Embrapa Informática de Campinas. Revista Plantar, ano V, n 32. Ed. Monterio. 2009. p. 19

⁴ Armindo Neivo Kichel, pesquisador da Embrapa Gado de Corte de Campo Grande (MS). Revista Plantar, ano V, n 32. Ed. Monterio. 2009. p. 19

3. RIO VERDE – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA

Entre os municípios que apresentam as maiores taxas de crescimento no Sudoeste Goiano, encontra-se Rio Verde, cuja história começa nos primórdios do século XIX, ano 1840, com a vinda de José Rodrigues de Mendonça e sua família, paulistas de Casa Branca. Apossando-se de terras às margens do Rio São Tomás, ali se fixaram.

Importante região pastoril, o Sudoeste Goiano despertou a atenção do Governo Imperial que instituiu medidas de incentivo. Pela Lei nº 11 de 5 de setembro de 1838, “ ficavam isentos por espaço de dez anos de pagar Dízimos de Miúncas de Gado Vacum e Cavalari os atuais habitantes o Rio Verde além do Turvo, bem como os que dentro do prazo de dez anos forem estabelecer-se por aquelas bandas” (Cunha, 1988, p.19).

Vindas principalmente de Minas Gerais, muitas famílias aqui também se estabeleceram. A distância dos grandes centros de produção obrigou os habitantes dos vastos chapadões do Sudoeste Goiano a dinamizarem atividades que suprissem suas necessidades básicas. Ao lado da pecuária extensiva organizou-se, segundo Campos (1971, p.18), “[...] o pequeno complexo de culturas caboclas típicas de expressão econômica relativa pequena, englobando o cultivo do milho, feijão, arroz, mandioca e mais raramente a cana e o algodão”. Ainda conforme Ab’Saber citado por Campos

As pequenas roças se localizavam predominantemente, nas contra encostas suaves, próximas de córregos e riachos permanentes, em áreas de solos mais úmidos e férteis, onde antigamente existiam matas, galerias mais largas e contínuas. A tradição de cultivo em solos florestais parece ter dominado desde os primeiros tempos. A cada aguada corresponde uma ou duas habitações, no cruzamento das estradas e caminhos da região (p. 18).

Em 1846, a família Rodrigues de Mendonça doa parte de suas terras para a construção de uma capela em louvor a Nossa Senhora das Dores. Surgiu, então, o Arraial de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde. A Lei nº 08 de 06 de novembro de 1848 eleva à categoria de Vila o então povoado. Posteriormente por meio da Lei Provincial nº 06 em 05 de agosto de 1854 a vila é elevada a categoria de Distrito de Rio Verde.

Em 1882, a Lei Provincial nº670 eleva o município de Rio Verde à categoria de cidade.

Localizado na microrregião Sudoeste do Estado de Goiás, o município de Rio Verde ocupa uma área de 8.379.661km². A população é de 176.424 habitantes (Censo 2010), densidade demográfica 21,05 hab/km². Topografia plana, levemente ondulada, com altitude média de 748m e temperatura média anual variando entre 20°C e 35°C. O clima apresenta duas estações bem

definidas: uma seca (de maio a outubro) e outra chuvosa (de novembro a abril). O cerrado e matas residuais constituem a vegetação do município cujo solo é do tipo latossolo vermelho escuro com textura argilosa e areno argilosa.

Importante pólo de crescimento agroindustrial, a ocupação econômica do município de Rio Verde, segundo Campos (1971), aconteceu em dois períodos distintos. O primeiro teve como principal característica a pecuária extensiva e o uso de grandes extensões de terra e se estendeu desde a fundação do povoado até a década de 1920. A partir dos anos 20, com a implantação da estrada de ferro, o sul do estado de Goiás, em especial a microrregião do sudoeste apresentou um grande crescimento econômico, crescimento esse ligado à produção de milho e à entrada da soja em Goiás, pelo município de Rio Verde.

De acordo com Borges (1990), ao ocupar a posição de maior produtor de soja no Estado de Goiás, o município de Rio Verde se consolida como pólo econômico da microrregião Sudoeste.

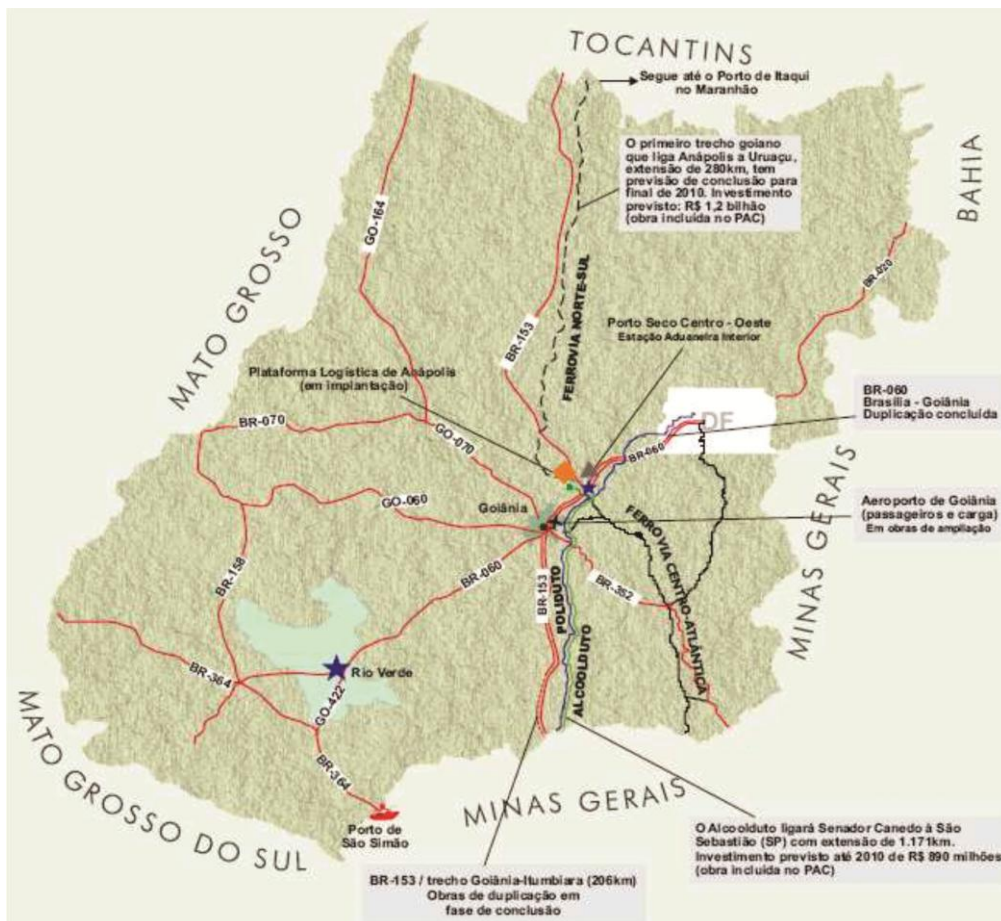


FIGURA 2 - Mapa de localização do Município de Rio Verde – GO

Fonte: Secretaria do planejamento e desenvolvimento – superintendência de estatística, pesquisa e informação

Silva (2004) afirma que

De fato as potencialidades econômicas do município têm atraído investimentos de grandes grupos empresariais por apresentar as condições necessárias para a integração do capital industrial ao setor agrícola. O resultado deste processo representa uma significativa melhoria nas possibilidades de agregação e desenvolvimento regional (p.48).

De acordo com a Secretaria do Planejamento do Estado de Goiás, Rio Verde é um município dinâmico com um forte potencial competitivo.

Grandes lavouras de soja, milho, sorgo, girassol, algodão e feijão e extensas pastagens enriquecem a paisagem dessa região, que à fertilidade da terra alia o uso de uma avançada tecnologia, colocando o Município como pólo de produção agropecuária.

Geograficamente privilegiado, o Município de Rio Verde dista 220km de Goiânia e 420km de Brasília e próximo de grandes centros tem o acesso facilitado a eles pelas rodovias federais – BR060 e BR452 – e rodovias estaduais – GO174, GO333 E GO210.

O município possui um aeroporto com pista de 1500 X 30 metros de extensão, com balizamento noturno, terminal de passageiros e voos diários para Goiânia, Minas Gerais e São Paulo.

Outra vantagem do município é a proximidade com o porto de São Simão. Vale destacar ainda a criação da Ferrovia Norte-Sul que cortará a região Sul de Goiás, beneficiando vários municípios no que tange ao setor agrícola e pólos industriais desta área. No início do século XX, Rio Verde já despontava entre as demais cidades tanto na economia como na infraestrutura, sendo a primeira cidade do Estado a possuir rede de água encanada, em 1910. Na segunda metade da década de trinta foi construída a primeira rodovia que ligava a cidade à nova capital do Estado – Goiânia. Em 1943, foi construída a ponte de Cabo de Aço, sobre o Rio Verdão, facilitando o uso da estrada e possibilitando a ligação de Rio Verde a cidades mais distantes.

Até os anos de 1950, a vocação econômica do município era a pecuária, que por mais de 100 anos dominou a região.

A partir da década de 1960, a agricultura brasileira sofreu o processo de “modernização da agricultura”, processo que apresentou consequências de ordem ambiental e de ordem socioeconômica. No primeiro grupo citam-se a destruição de florestas e da biodiversidade, a erosão do solo, a contaminação de recursos naturais, todos provocados pela produção de monoculturas. No segundo grupo, aparecem os impactos socioeconômicos advindos das transformações na produção agrícola.

O final da década de 1960 marca a chegada dos primeiros imigrantes vindos da Rússia e dos Estados Unidos e de produtores rurais vindos de vários estados – Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gérias entre outros, trazendo maquinarias, tecnologias, experiências e recursos.

O cultivo da soja em áreas do cerrado colocou o município de Rio Verde como maior produtor de grãos do Estado de Goiás e um dos destaques do país. Principal produto do Sistema Agroindustrial brasileiro, a soja, tem como principais importadores dos itens farelo e soja em grão, a Comunidade Europeia e o Japão.

A abertura das áreas de cerrado, objetivando a realização de atividades agrícolas teve, no POLOCENTRO, o mais importante programa que se desenvolveu de 1975 a 1979.

Para Borges (1990), a modernização agrícola em Goiás, aconteceu com a “chegada” da soja, pela região Sudoeste, especificamente pelo município de Rio Verde, município que apresentava a economia mais dinâmica e diversificada da microrregião. Único município beneficiado pelos recursos do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Rio Verde se constituiu em uma das mais privilegiadas áreas para implantação de projetos que impulsionaram o crescimento econômico da região.

O maior impacto do POLOCENTRO, na região Centro-Oeste ocorreu no estado de Goiás, especificamente em Rio Verde, onde foram incorporadas ao processo produtivo, com destaque para a soja, 42% da área do cerrado, de acordo com Mueller (1990).

Sobre Rio Verde, Pereira (2001) afirma que

A sua atividade econômica é baseada na produção intensiva de grão e sua localização é privilegiada dentro do Sudoeste, constituindo-se atualmente no maior produtor de soja, feijão, sorgo granífero e tomate, do Sudoeste de Goiás, sendo que da produção do sorgo granífero o município produz mais da metade da produção (p.71)

A partir dos anos de 1970 a indústria voltada para o beneficiamento de produtos agropecuários dinamizou a economia do município, colocando-o como um dos principais agropolos de Goiás. Condições naturais favoreceram o desenvolvimento do agronegócio regional, com a instalação de unidades agroindustriais que encontraram na região condições favoráveis para seu trabalho: incentivos fiscais, disponibilidade de grãos, condições climáticas, infraestrutura e proximidade do consumidor. O modo de produção agrícola do Sudoeste Goiano sofreu mudanças significativas a partir da modernização da agropecuária.

A principal cooperativa da região Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste (COMIGO), fundada em 6 de julho de 1975, foi construída ao mesmo tempo em que essa dinâmica de inovações tecnológicas acontecia.

Segundo Coutinho (2010)

relatos do presidente Antônio Chavaglia (entrevista cedida em abril de 2008), a ideia de criação surgiu de um grupo de produtores rurais que passava por dificuldades para aquisição de insumos, falta de assistência técnica, beneficiamento, comercialização, negociação do preço do produto e transporte. Nesse período inicial, a atuação da cooperativa era a de prestação de assistência técnica, loja de insumos e compra de terreno para construção do complexo agroindustrial (p.41/42).

Atualmente, a cooperativa possui uma loja agropecuária com seções de peças, veterinária e demais insumos agrícolas, armazéns, indústrias de óleo e farelo de soja (moageiras e refinaria), indústria de laticínios, misturadores de fertilizantes, fabrica de sabão, laboratório de controle de qualidade de produtos acabados, de matérias primas, de análises de solo, foliar e de dejetos, laboratório veterinário, unidade de beneficiamento de sementes, COMIGO Florestal I, II, III e IV; Centro Tecnológico COMIGO (CTC) de geração e difusão de tecnologias agropecuárias.

A empresa Brasil Foods (BRF), foi criada a partir da associação entre Perdigão e Sadia. Um dos valores da Brasil Foods (BRF) é o desenvolvimento sustentável. Para garantir a consecução desse valor a empresa investe continuamente em gestão ambiental, visando a busca pela Ecoeficiência por meio de estratégias capazes de minimizar desperdícios, melhorar a produção e reduzir riscos.

Conforme, Coutinho (2010)

De acordo com o exposto pelo Diretor de operações da Perdigão, Luiz Brito, a vinda da empresa para Rio Verde foi acompanhada de mais ou menos 15 pequenas a médias empresas prestadoras de serviços, também sulistas. Sendo estas de ramos diversificados, como as empresas agropecuárias e ferragistas (para granjas), de insumos, material de manutenção, de transporte de funcionários, de transporte de mercadorias, construtoras e de embalagens (p.46)

Ainda, segundo Coutinho (2010, p. 50), “é inegável que o desenvolvimento da agricultura no Cerrado e a disponibilidade de grãos no município foram imprescindíveis para a criação do pólo agroindustrial da Perdigão, aliada à infra-estrutura das rodovias destinadas ao transporte e escoamento da produção”.

Para integrar e fortalecer as iniciativas socioambientais implementadas pela Brasil Foods (BRF), atual denominação social da Perdigão, foi criado o Instituto Perdigão de Sustentabilidade

cujo objetivo maior é garantir o crescimento sustentável dos negócios da empresa, com práticas que possibilitem o desenvolvimento e a qualidade de vida das comunidades onde atua, preocupando-se sempre com o meio ambiente.

Para conseguir esses objetivos, o Instituto desenvolve projetos ambientais, sociais, educacionais, culturais e esportivos.

O Programa Perdigão de Suinocultura Sustentável, uma das prioridades do Instituto, objetiva orientar os produtores para adotarem mecanismos de desenvolvimento limpo que reduzem o impacto dos dejetos da suinocultura no meio ambiente, atendendo às exigências do Protocolo de Kyoto.

O objetivo de evitar a destruição de florestas nativas e a utilização de combustíveis fósseis, o instituto tem, como prioridade, o Programa de Florestas Renováveis.

A reutilização da água é também preocupação do Instituto. A água resultante do processo de tratamento é destinada à lavagem de caminhões, gaiolas e pocilgas, para a limpeza externa de pátios e para a irrigação.

O Programa de Racionalização e Conservação de Energia da Perdigão objetiva reduzir custos e minimizar impactos ambientais combatendo o desperdício de água e energia elétrica.

Em pouco mais de 30 anos, ou seja, a partir dos anos de 1970, Rio Verde deu um grande salto econômico. De pequeno ou médio produtor rural tornou-se o maior produtor de grãos do Estado atingindo, graças à aplicação de tecnologias de ponta, alto índice de produtividade. A grande maioria das culturas é feita no sistema de plantio direto, o que favorece a preservação ambiental e evita erosões e assoreamento dos rios.

De acordo com Müller (1989)

O padrão agrário moderno é a expressão da aplicação das conquistas da ciência moderna na agricultura e das novas formas de organizar a produção rural. É uma das suas mais importantes consequências é a supressão do divórcio entre agricultura e indústria e entre campo e cidade (p.18).

Um complexo agroindustrial pode ser definido por uma sucessão de atividades vinculadas ao trabalho de produzir e transformar produtos agropecuários, afirma ainda Muller.

A agroindústria que se desenvolveu a partir da década de 1990, contribuiu para o crescimento econômico do município.

3.1 Aspectos econômicos

Um dos indicadores econômicos de uma região, o Produto Interno Bruto (PIB), mostra, conforme se pode observar na tabela 7, o crescimento da região Sudoeste.

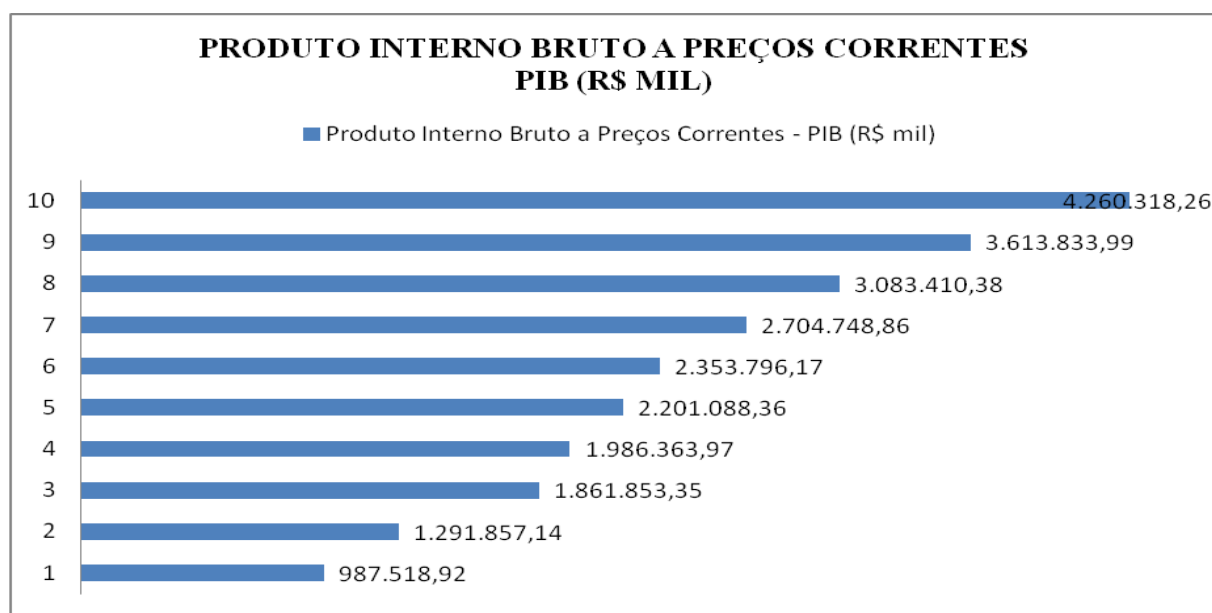
TABELA 07 – Produto Interno Bruto (PIB) da Região Sudoeste de 2000 a 2009

MUNICÍPIO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rio Verde	987.518,92	1.291.857,14	1.861.853,35	1.986.363,97	2.201.088,36	2.353.796,17	2.704.748,86	3.083.410,38	3.613.833,99	4.260.318,26
Jataí	658.975,23	811.534,12	954.144,04	1.133.312,12	1.279.117,66	1.164.695,90	1.150.394,83	1.330.129,34	1.859.957,82	1.930.988,45
São Simão	426.044,85	535.387,29	791.482,07	812.852,68	977.610,01	870.742,49	904.844,51	1.083.414,83	1.343.015,10	1.256.673,37
Mineiros	278.424,99	338.862,59	409.895,32	469.259,92	576.633,64	495.988,26	460.061,82	622.661,87	746.544,18	886.822,88
Quirinópolis	191.608,12	193.715,65	273.076,23	281.754,83	285.935,53	287.094,20	319.003,72	368.394,54	528.829,77	700.326,66
Santa Helena de Goiás	244.621,56	269.489,53	371.041,99	401.011,19	363.720,89	373.770,01	403.217,00	408.452,98	460.430,86	511.819,86
Chapadão do Céu	124.422,21	179.692,11	212.576,73	236.390,44	287.873,69	203.426,27	132.567,19	211.188,05	263.702,26	462.417,61
Montividiu	123.387,67	162.703,13	285.314,17	225.152,38	224.095,38	173.921,12	130.591,19	169.479,98	259.810,47	364.961,08
Acreúna	137.711,01	139.102,22	230.174,16	259.898,34	262.503,51	220.585,59	212.685,31	213.160,98	243.826,72	292.935,15
Turvelândia	59.137,30	96.944,74	132.858,44	127.273,13	132.359,51	164.881,54	171.861,00	212.702,36	133.698,69	175.399,23
Serranópolis	47.565,33	55.414,77	70.912,48	90.462,24	95.718,45	85.379,92	77.107,68	92.248,81	152.300,33	166.530,43
Caçu	44.053,08	45.200,30	61.169,91	74.372,64	76.760,11	78.109,39	80.425,54	97.500,74	141.705,13	163.472,57
Perolândia	66.633,44	87.528,80	93.288,40	99.099,36	103.211,03	55.347,95	39.605,65	49.678,98	95.991,33	145.665,39
Cachoeira Alta	63.209,42	104.702,70	132.495,84	150.390,23	170.452,13	89.096,64	106.126,42	134.495,19	193.253,86	132.794,65
Gouvelândia	22.177,32	42.001,44	46.925,85	47.039,73	44.076,27	41.515,56	39.027,75	50.264,29	89.048,16	120.889,48
Portelândia	34.080,97	41.365,88	49.665,10	53.551,82	59.146,57	49.803,01	41.215,81	53.731,40	71.327,16	103.158,14
Maurilândia	27.433,49	35.836,84	66.947,56	66.433,66	62.035,48	72.676,78	75.127,20	80.815,89	86.249,61	98.095,10
Paranaiguara	26.437,44	29.170,98	34.964,97	41.695,74	44.220,87	46.632,31	50.094,80	54.233,93	75.161,16	88.284,84
Itarumã	30.407,60	34.870,61	48.747,50	61.016,89	63.969,93	61.829,25	62.408,41	68.842,55	81.196,34	85.042,35
Aporé	25.183,24	27.433,64	34.458,94	45.451,43	52.914,86	43.515,12	44.132,45	47.815,09	71.107,25	81.910,35
Santo Antônio da Barra	13.059,16	17.237,85	27.280,77	31.620,85	36.857,82	31.049,35	26.595,72	29.483,25	43.672,75	71.073,35
Castelândia	16.192,78	21.698,20	43.075,59	31.073,77	33.644,61	37.252,42	34.075,81	34.751,07	50.529,28	67.520,31
Itajá	27.061,10	28.026,33	34.600,09	39.962,68	42.729,64	44.714,70	46.452,09	50.176,10	61.799,60	63.981,13
Santa Rita do Araguaia	16.847,22	19.529,77	23.119,25	27.002,32	34.940,38	34.017,61	34.175,04	42.993,91	55.736,93	62.715,60
Aparecida do Rio Doce	11.253,90	12.414,13	16.373,12	23.382,10	26.289,03	25.336,97	25.180,73	28.763,75	37.120,21	40.092,77
Lagoa Santa	0	3.891,78	6.214,94	9.514,42	10.261,62	10.329,12	10.304,04	12.163,92	14.866,72	15.363,56

FONTE: SEPLAN

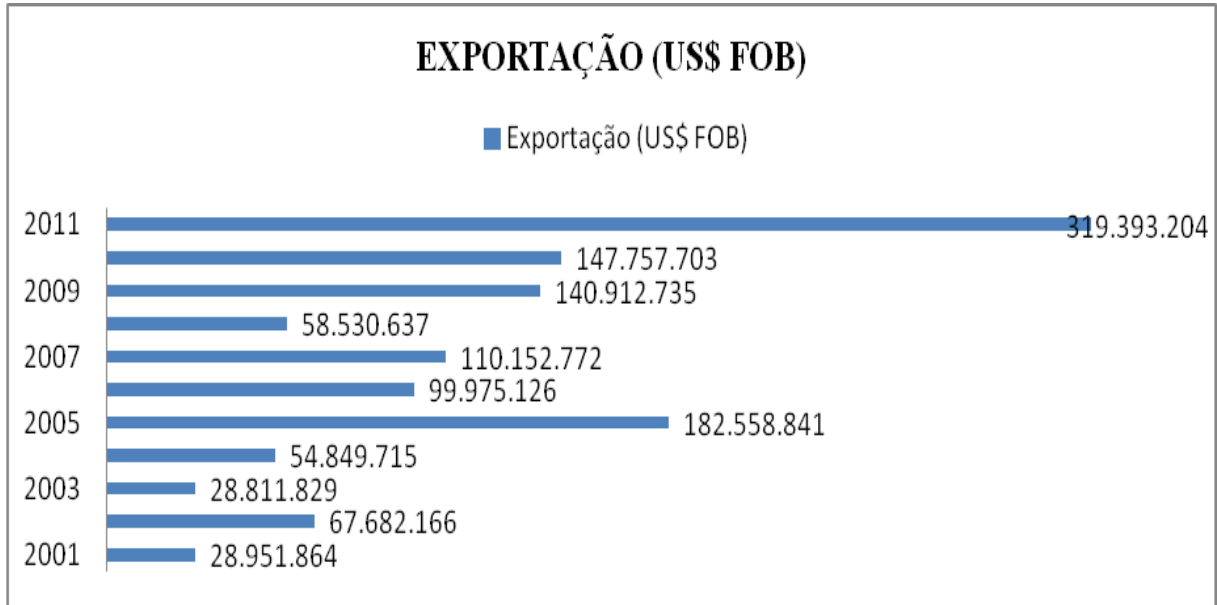
Ocupando o quarto lugar no PIB da Região Sudoeste, em 2009, Rio Verde participou com 4,97%, contra 4,73% em 2007. Como principal atividade está o setor de serviços, representando 50,34% do valor adicionado (V.A), agropecuária 13,67% na economia municipal. Em Rio Verde localiza-se um dos maiores complexos agroindustriais no processamento de carne de aves e suínos. O gráfico 2 mostra crescimento significativo a cada ano.

Os números apresentados no gráfico 1 reafirmam o crescimento do PIB do município de Rio Verde no período de 2000 a 2009.



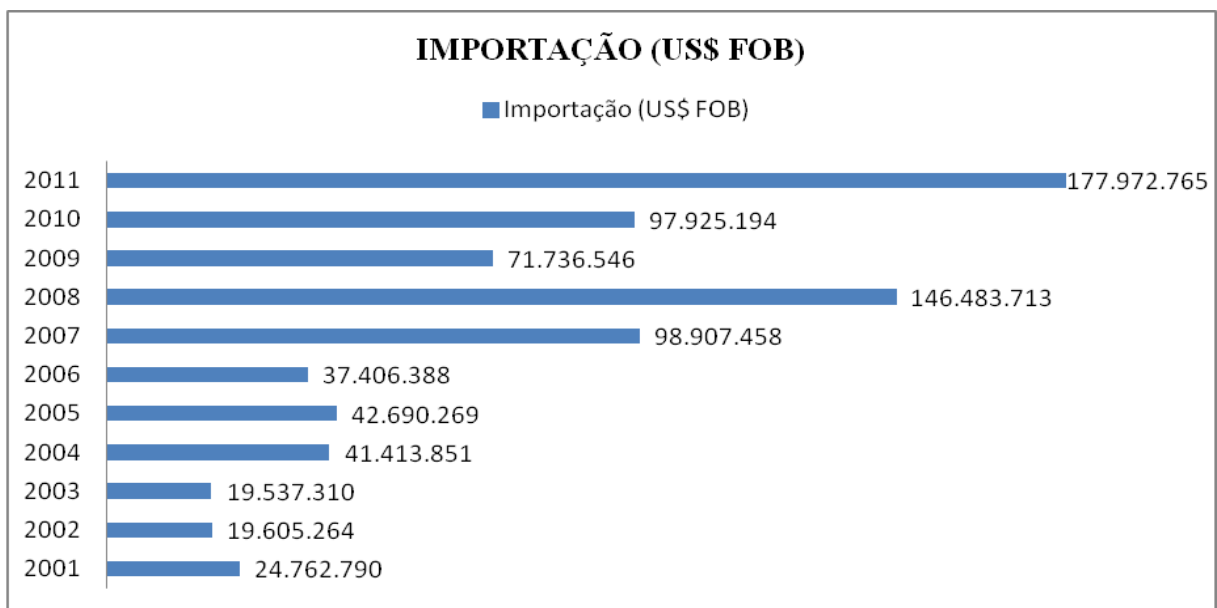
Fonte: Montada por Luciene Guerra – Com dados fornecidos pela SEPLAN - 2012
Gráfico1 – Produto Interno Bruto a Preços Correntes – PIB (R\$ mil)

A evolução econômica do município tem como indicador suas exportações e importações. A abertura e funcionamento de novas indústrias alavancaram a exportação de produtos agrícolas, produtos de origem animal e industrializados no município de Rio Verde. Os gráficos 2 e 3 mostram a evolução destes indicadores.



Fonte: Montada por Luciene Guerra – Com dados fornecidos pela SEPLAN - 2012

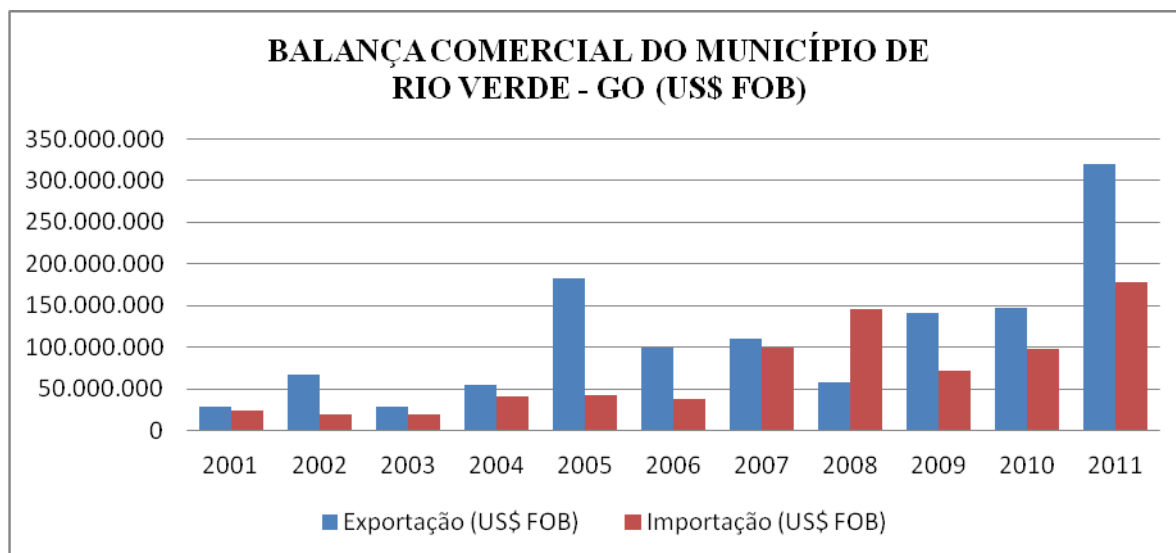
Gráfico 2 – Balança Comercial (US\$ FOB) Exportação



Fonte: Montada por Luciene Guerra – Com dados fornecidos pela SEPLAN - 2012

Gráfico 3 - Balança Comercial (US\$ FOB) Importação

A balança comercial do município de Rio Verde apresenta saldo positivo durante o período de 2001 a 2011 excetuando-se o ano de 2008, ano em que a balança comercial apresentou um saldo negativo (Gráfico 4)



Fonte: Montada por Luciene Guerra – Com dados fornecidos pela SEPLAN - 2012

Gráfico 4 – Balança Comercial do Município de Rio Verde (US\$ FOB) Exportação/Importação

A balança comercial do município de Rio Verde apresentou, no ano de 2008, saldo negativo em decorrência da crise financeira mundial, que atingiu diretamente o setor agrícola. Os preços do milho, da soja e do trigo tiveram, em meados de 2008, um grande aumento. Após o clímax desse processo há uma acentuada deflação de preços, queda que se fez sentir tanto no mercado interno quanto nos mercados internacionais. A redução da produção agrícola, uma das consequências da crise, aconteceu em função do preço do petróleo, alta que atingiu o preço dos adubos e dos combustíveis.

3.1.2 Indicadores de crescimento

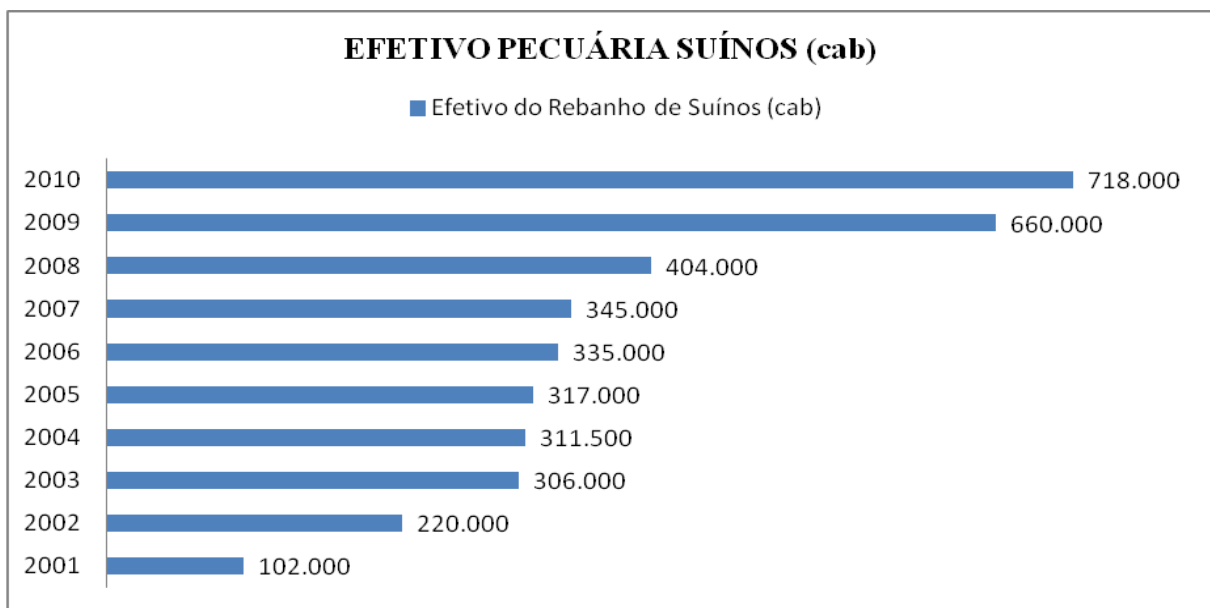
A formação do pólo agroindustrial de Rio Verde, um dos principais de Goiás, se deu graças as condições naturais favoráveis para o seu desenvolvimento como: mão-de-obra abundante, infraestrutura, incentivos fiscais, condições climáticas e desenvolvimento tecnológico.

Com uma área plantada superior a 378.853 hectares, a produção agrícola do município atinge cerca de 1,2 milhões de toneladas/ano das mais variadas culturas, como arroz, algodão,

soja, milho, sorgo, milho, feijão e girassol, sendo responsável por, aproximadamente, 1,2% de toda a produção de grãos.

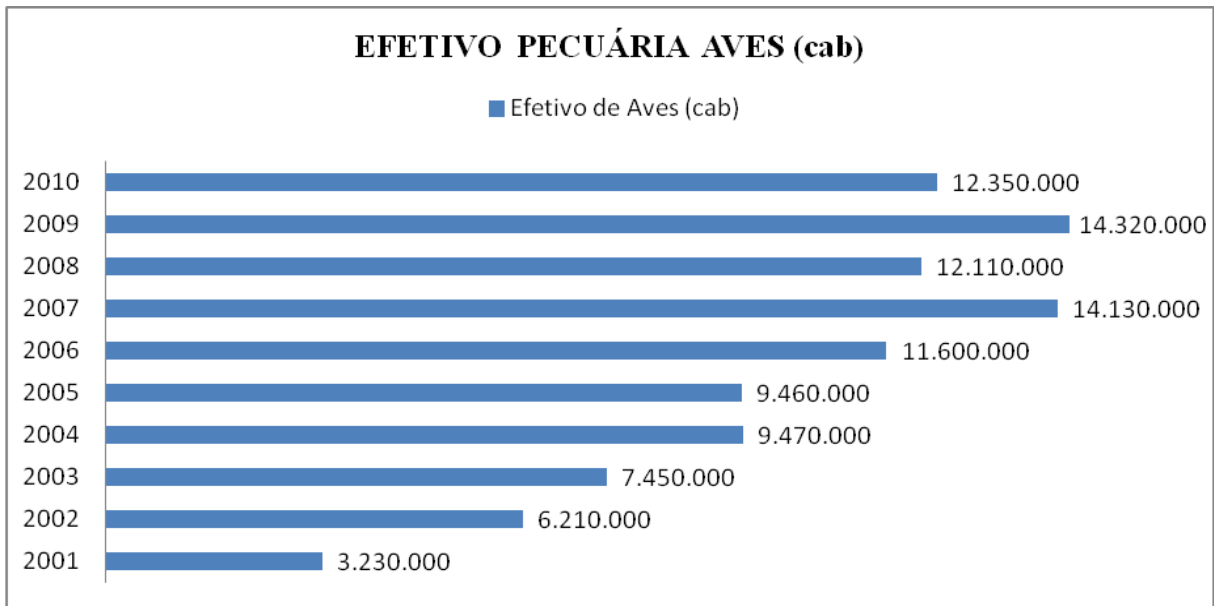
Grandes silos de armazenamento próximos aos campos de produção diminuem os custos e facilitam o transporte.

A pecuária, primeira atividade econômica do município, é referência do setor no Estado, com um rebanho de 400 mil cabeças de bovinos (Gráfico 7), 718 mil suínos (Gráfico 5), 12.350 milhões de aves (Gráfico 6), a pecuária de corte representa importante setor para a economia regional.



Fonte: Fonte: Montada por Luciene Guerra – Com dados fornecidos pela SEPLAN - 2012
Gráfico 5 – Efetivo Pecuária Suínos (cab)

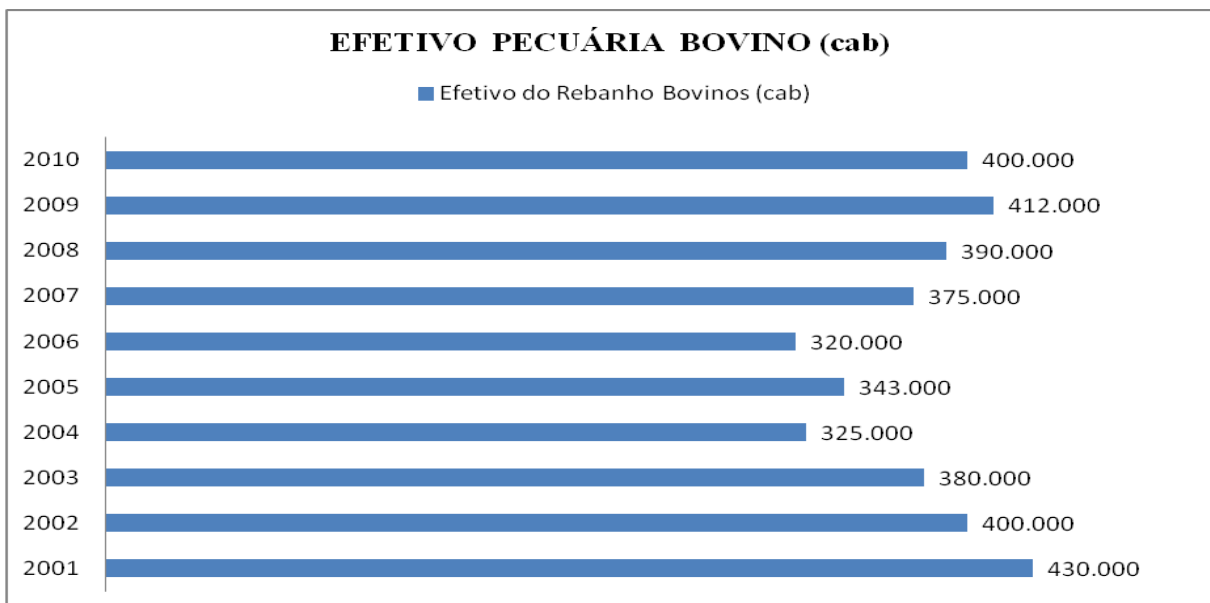
O desempenho do rebanho de suínos apresenta um crescimento considerável durante o período de 2001 a 2010 em decorrência da instalação da Perdigão (Brasil Foods) que tem, na suinocultura, matéria-prima para processamento.



Fonte: Montada por Luciene Guerra – Com dados fornecidos pela SEPLAN - 2012
Gráfico 6 – Efetivo Pecuária Aves (cab)

Segundo França (2000), utilizando tecnologias voltadas ao aprimoramento genético, as empresas avícolas aumentaram intensamente suas produções para atender ao mercado interno e externo.

O significativo aumento no efetivo da pecuária de aves, no município de Rio Verde, está, diretamente ligado ao complexo industrial da Perdígão.

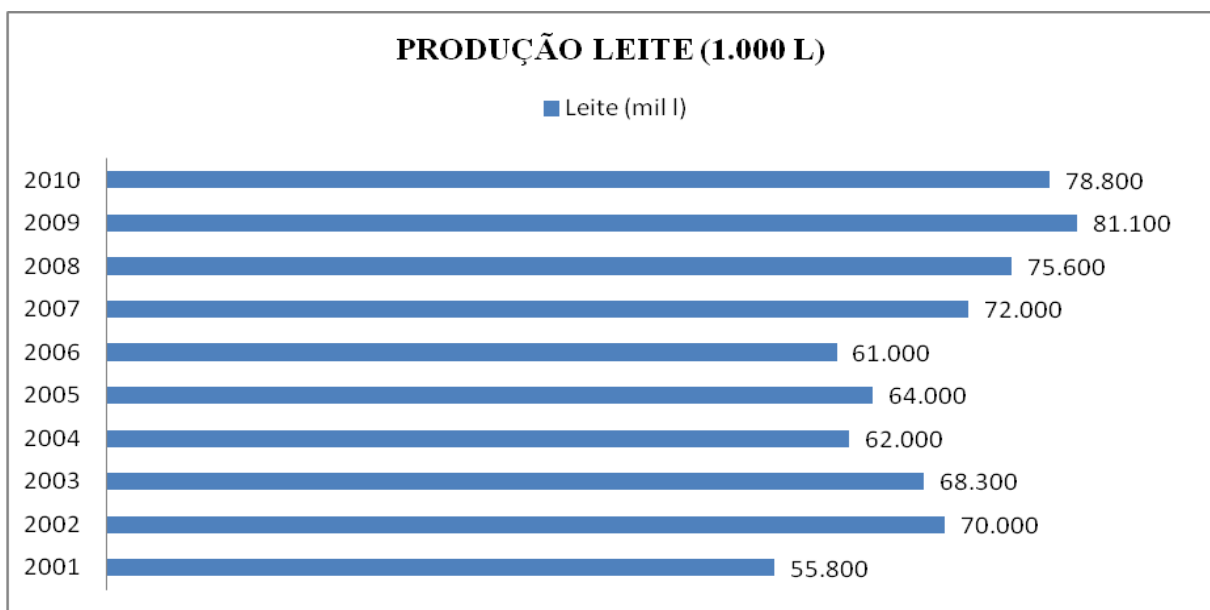


Fonte: Montada por Luciene Guerra – Com dados fornecidos pela SEPLAN - 2012
Gráfico 7 – Efetivo Pecuária Bovino (cab)

O desempenho do rebanho bovino apresenta variações entre os anos 2001 e 2010. Essa variação especialmente entre os anos de 2009 e 2010 não afetou o desempenho do setor que perdeu em produção, mas ganhou em produtividade.

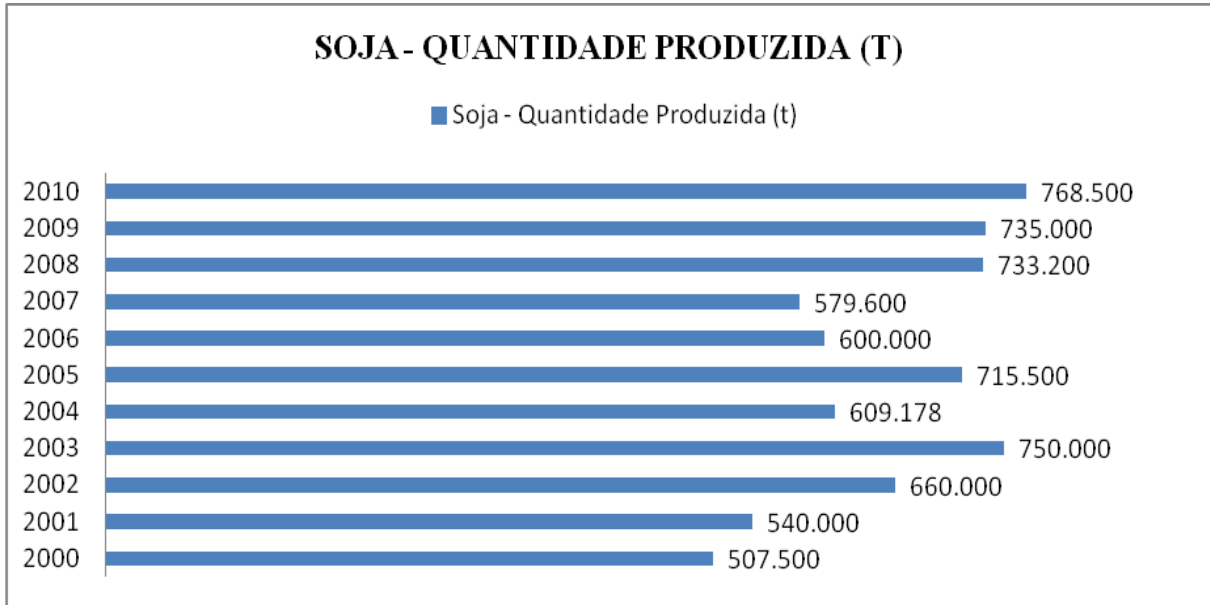
O gráfico 8 está diretamente vinculado ao gráfico 7. A redução da quantidade de vacas ordenhadas não afetou a produção de leite. O melhoramento genético do plantel e o uso de moderna tecnologia propiciaram o aumento da produção por animal, obtendo maior produtividade.

O beneficiamento e a transformação nas indústrias lácteas, teve aumentado o seu desempenho.

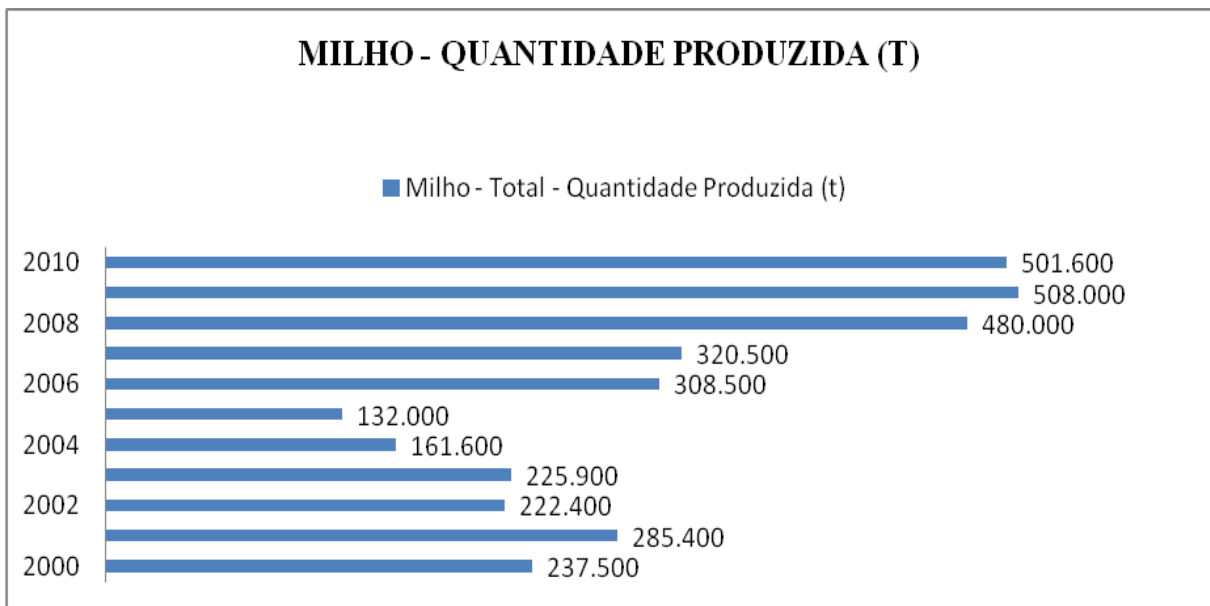


Fonte: Montada por Luciene Guerra – Com dados fornecidos pela SEPLAN - 2012
Gráfico 8 – Produção Leite (1.000 L)

O município de Rio Verde destaca-se ainda no plantio da soja como mostra o gráfico 9 e no plantio do milho como mostra o gráfico 10 são analisadas. As produções de soja e milho são analisadas por constituírem produtos importantes no processo industrial do município como base da alimentação de aves e suínos, após serem os grãos transformados em ração.



Fonte: Montada por Luciene Guerra – Com dados fornecidos pela SEPLAN - 2012
Gráfico 9 – Soja – Quantidade Produzida (t)



Fonte: Montada por Luciene Guerra – Com dados fornecidos pela SEPLAN - 2012
Gráfico 10 – Milho – Quantidade Produzida (t)

O sorgo cuja produção tem alcançado bom desempenho no município de Rio Verde é, também, muito utilizado na produção de ração animal.

3.2 Rio Verde – Evolução Industrial

A interação existente entre desenvolvimento econômico e organização espacial visando o desenvolvimento de uma região impulsiona a implantação de Indústrias.

A implantação de indústrias concorre para o aprimoramento do processo produtivo proporcionando novos vínculos com o entorno econômico em que são instaladas.

De acordo com Chaves (2009)

O município de Rio Verde apresenta uma variação de atividades industriais extremamente grandes, mas com maior ênfase em Grupos indústrias de Construção civil e mineração com 23,1%, seguido de Grupos indústrias de Agronegócios com 19,2%, Grupo de indústrias de veículos e motores, Grupo de indústrias de produtos químicos, Grupo de indústrias de bebidas, Grupo de indústrias de carnes (Frigoríficos) com 7,7%, respectivamente, acompanhado, em seguida dos Grupos de indústrias de Eletrodomésticos, Grupo de indústrias de combustíveis e lubrificantes, Grupo de indústrias de cereais, Grupo de indústrias de laticínios e Grupo de indústrias de embalagem com 3,8 respectivamente. Os resultados mostram que Rio Verde é um município autossustentável, com uma cadeia produtiva com características de Cluster, destacando-se na região sudoeste e em Goiás (p.121).

Atraídas por benefícios fiscais, localização geográfica, quantidade de mão-de-obra, entre outros, essas indústrias se instalaram no município de Rio Verde

A implantação dessas empresas foi motivada, segundo Chaves (2009)

Pela concessão de crédito, benefícios fiscais, estímulo para infraestrutura, assistência técnica na elaboração de projetos, programa de capacitação de mão de obra, localização geográfica, quantidade de mão de obra, grande número de pequenos produtores, matéria prima em abundância, próximo a matéria prima, próximo ao mercado consumidor (p. 123).

Chaves (2009) ressalta ainda que os ganhos dessas empresas variaram entre 25% e 50% o que representa ganhos reais, cujos percentuais aparecem em forma de lucro, reinvestimento e, naturalmente, retorno na geração de novos empregos.

Considerações Finais

O desempenho econômico de uma região deve ser analisado sob a ótica do crescimento e do desenvolvimento.

Segundo Perroux (1967) crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. Os níveis de produção, de renda e de emprego podem ser elevados pela implantação de novas atividades econômicas em uma região sem que ocorra, necessariamente um processo de desenvolvimento.

Sobre o conceito de desenvolvimento Gerardi (1980, p.23) explica que “[...] desenvolvimento tem conotações muito mais amplas que crescimento, que implica, pura e simplesmente, no aumento físico da produção ou do rendimento em uma economia.”

De acordo com Lopes (1979, p.19) “o desenvolvimento impõe condições de ordem qualitativa – de equilíbrio, de harmonia, de justiça social.”

Os pontos elencados para a realização do trabalho foram de suma importância para conhecer as atividades desenvolvidas desde os primórdios da ocupação das terras goianas – mineração, agricultura e pecuária – até os dias atuais – agroindústria e agronegócio.

A atuação do Estado no processo de desenvolvimento de Goiás, através de políticas públicas e as transformações na estrutura produtiva goiana mereceram atenção no estudo do processo de transformação da economia goiana.

O Sudoeste Goiano cuja principal atividade econômica era a pecuária, vivencia, a partir de 1930, o processo de industrialização. A expansão da fronteira agrícola, a inserção do cerrado nas áreas produtivas e a modernização da agricultura imprimem, através do agronegócio, uma nova dinâmica no Sudoeste Goiano.

Os impactos causados pelas atividades agropecuárias implicaram em mudanças na paisagem e destruíram grande parte do cerrado.

Um dos mais importantes pólos agroindustriais de Goiás, o município de Rio Verde tem contribuído para o desenvolvimento regional e local. O processo de agroindustrialização do município de Rio Verde apresenta um saldo positivo em relação ao crescimento econômico, mas não revela o mesmo desempenho em relação ao desenvolvimento.

Diversificação da produção agropecuária, atração de novas empresas, geração de emprego, aumento do rebanho de suínos e aves, expansão da construção civil, criação de novos cursos técnicos voltados à qualificação profissional são pontos positivos do processo agroindustrial.

A geração de empregos proporcionada pela agroindústria gerou um processo de expansão urbana que interferiu negativamente no atendimento de necessidades básicas da população. Um dos problemas mais graves para alguns bairros é a falta de água tratada e de rede de esgoto. O acesso à moradia, à educação, à saúde, ao transporte público, ao lazer é negado a grande parcela da população. Alguns bairros sofrem com a falta de iluminação pública e de segurança.

O município, pólo de crescimento, não alcançou a qualidade de vida exigida para ser considerada também pólo de desenvolvimento.

Ao término do trabalho alguns questionamentos ainda buscam respostas:

- Há preocupação em se fazer acontecer no município um desenvolvimento sustentável?
- O desenvolvimento econômico do agronegócio e o crescimento têm sido considerados e têm sido buscados de forma igualitária?
- O desenvolvimento sustentável da agroindústria no município de Rio Verde é uma alternativa viável?

A reflexão sobre esse pontos abre espaço para outras pesquisas.

Importa, pois, que sejam elaboradas diretrizes capazes de realizar um desenvolvimento sustentável. De acordo com o Relatório Brundtland, denominado Nosso Futuro Comum “desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades.” (Our Common Future, Mueller, 2000, p.48)

REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana. Planejamento governamental: A SUDECO no espaço Mato-Grossense - Contexto, propósito e contradição. 2001. 328f. Tese de Doutorado. USP. 2001.

AMARAL, E. F. de L. Funções de Migração por Idade e Caracterização de Migrantes das Microrregiões de Goiás e Distrito Federal 1975-1979 e 1986-1990. Dissertação em Desenvolvimento e Planejamento Regional. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG. UFMG/FACE/CEDEPLAR 2002.

ARRAIS, Tadeu Alencar. Geografia Contemporânea de Goiás. Goiânia: Ed. Vieira, 2006.

BEZERRA, L. M. C.; CLEPS JUNIOR, J. O desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás. Caminhos da Geografia. Out. 2004 v.5, n.17, p.29-49. Disponível em: <http://www.ig.uf.br/caminhos_de_geografia.html>. Acesso em: 29 jan. 2011.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto. 2004.

BORGES, Barsanulfo Gomides. O despertar dos dormentes – estudo sobre a Estrada de Ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia: Cegraf. 1990.

_____, Barsanulfo Gomides. Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960. Goiânia: Ed. da UFG. 2005.

BRUM, A. J. Modernização da Agricultura: trigo e soja. Petrópolis: Ed. Vozes. 1998.

CALAÇA, Manoel; DIAS, Wagner Alceu. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v.5 n.10, ago 2010.

CAMPOS, Onaldo. Rio Verde Histórico. Gráfica e Editora Edigraf S.A. São Paulo: Brasil. 1971.

CANALE, Antônio Mendes. Nova concepção de desenvolvimento regional do Centro-Oeste. Conferência para os Estagiários da Escola Superior de Guerra. Brasília: ESG. 1985.

CHAVES, Aurélio Ricardo Troncoso et al. Políticas de Incentivo e a localização Industrial no Sudoeste Goiano. 2009. 169 f. Pós-Graduação – Mestrado em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Alves Faria – ALFA – Goiânia – GO.

CHAUL, Nars Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

CORREIA, Salatiel Pedrosa Soares. A Construção de Goiás: ensaio do desenvolvimento político e regional. Goiânia: Ed. da UCG. 2006.

COUTINHO, Cássia Aparecida. Dinâmicas Territoriais e Sustentabilidade no município de Rio Verde/Goiás, a partir de 1990. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. UNB. Brasília-DF: 2010.

CUNHA, Oscar Neto. Rio Verde: Apontamentos para a sua história - documentário ilustrado. 2ª ed. Goiânia: Gráfica e Ed. O Popular. 1988.

DUARTE, Laura Maria Goulart. Globalização, Agricultura e Meio Ambiente: O Paradoxo do Desenvolvimento dos Cerrados. Tristes Cerrados: Sociedade e Biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, 1998. Apoio FAP/DF – CNPq – Programa RHAE.

ESTEVAM, Luís. O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FRANÇA, L. R. A evolução da base técnica da avicultura de corte no Brasil: transformações, determinantes e impactos. 2000. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2000.

FERNANDES, Antonio Sergio Araujo. Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). Introdução à política brasileira, São Paulo: Paulus. 2007.

FERNÁNDEZ, Antoni. Las políticas públicas. In Badia, Miquel C. (ed) Manual de ciência política. 3. Ed. Madrid: Tecnos, p. 495 - 517, 2006.

FERREIRA, D. F. Análises das transformações recentes na atividade agrícola da região sudoeste de Goiás. 1970/1995-6. Uberlândia: Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico. UFU, 2001.

FERREIRA, Henrique Duarte. A Conquista do Cerrado. In PEREIRA, Diamantino Alves. Agricultura de Goiás – Análise & Dinâmica. Goiânia: UCG, 2004.

GERARDI, L. H. de O. Algumas reflexões sobre modernização da agricultura. In: Geografia, Rio Claro, v. 5, n.9/10, p. 14-34, 1980

GLEISSMAN, S.R. Agroecologia – Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. Editora da Universidade/UFRS, 2000.

GONÇALES, Claudécir. A cooperativa mista dos produtores rurais do sudoeste Goiano LTDA (COMIGO) e o desenvolvimento da região de Rio Verde – GO. In: PEREIRA, Sebastião Lazaro. O agronegócio nas terras de Goiás. Uberlândia: UDUFU, p. 213-250, 2003.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e Agricultura no Brasil, São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO NETO, Francisco. Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna, São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. de C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. HOGAN, Daniel Joseph *et al* (orgs.). Migração e ambiente no Centro-Oeste. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP: PRONEX, p.. 17-85, 2002.

HADDAD, Paulo R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. Revista de Economia, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009. Editora UFPR.

HOFLING, Eloísa de Matos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Cadernos Cedes, Campinas: nov. 2001.

IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LABAIG, H.C. O cooperativismo agrícola e sua participação no desenvolvimento capitalista do Sudoeste Goiano: 1960-1990. Dissertação de Mestrado, Goiânia: ICHL/UFG, 1995.

LANDES. D. S. Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época. (trad.: Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 11-12.

LOPES, A. Simões. Desenvolvimento Regional: problemática. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979

LUNAS, Divina Luna.; ORTEGA, Antônio César. A constituição do complexo agroindustrial da soja no sudoeste goiano. In.: O agronegócio nas terras de Goiás. PEREIRA, Sebastião Lázaro e XAVIER, Clésio Lourenço. (Orgs.). Uberlândia. EDUFU, 2003. p. 139-173.

MAIA, Valter Estácio. Desenvolvimento Econômico de Goiás. 1ª Ed. Goiânia, Kelps, 2005.

MAMIGONIAN, Armen. Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista. In MAMIGONIAN, Armen. Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico. Livre Docência: FFLCH-USP, 2005, p. 78-87.

_____, Armen. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. in Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico. Livre Docência: FFLCH-USP, 2005. p. 1-10.

_____, Armen. Ciclos Econômicos e Organização do Espaço.in MAMIGONIAN, A. Estudos de Geografia Econômica e de Pensamento Geográfico. Livre Docência: FFLCHUSP, 2005. p. 88-91.

MARCUZZO, Juliana Luisa. Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento.Santa Cruz: EDUNISC, 2004

MARTINE, G; GARCIA, R. C. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987

MESQUITA, O.V. In : IBGE. Geografia do Brasil: Região Centro Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p.156-157. v.1

MEKSENAS, Paulo. Cidadania, Poder e Comunicação. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2004/2007). Secretaria da Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Fundos Constitucionais de Financiamento – Legislação FCO. FNE. FNO.

MIZUBUTI, S. Sobre a formação da Mão-de-Obra industrial no Brasil e a imigração estrangeira – 1890 – 1930. GEOgraphia. Ano III. n.5. jul./dez. 2001

MOREIRA, Ruy. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. *Revista Geográfica*, Bauru, n. 20, p. 10-13, 2001.

MUELLER, Charles Curt. Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste. In: ____ Planejamento e políticas Públicas. Brasília: IPEA, n.3, p.45-74, junho de 1990.

_____, Charles. Curt. Manual de Economia do Meio Ambiente. UNB. Abril 2000.

MÜLLER, Geraldo. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: HUCITEC: EDU, 1989. – (Estudos rurais, 10)

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. História de Goiás. 7ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, Ed. Vieira, 2008

PASCHOAL, Júlio Alfredo. Guerra fiscal. Conjuntura Econômica Goiana. Goiânia, Novembro/2004.

PEREIRA, S. L. Alterações estruturais na economia goiana e do sudoeste de Goiás no período dos anos 80/90. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico. Instituto de Economia, universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU, 2001.

PERROUX, F., A economia no século XX. Lisboa: Herder, 1967.

REVISTA ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO: Conjuntura Socioeconômica de Goiás - Publicação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Ed. Especial. Ano XII, nº29, dezembro de 2010.

RIBEIRO, Dinalva Donizete. Modernização da Agricultura e (Re) Organização do Espaço no Município de Jataí – GO. 2003. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciência e Tecnologia Presidente Prudente. SP, 2003

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 18ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009

SCARLATO, Francisco Capuano. O espaço industrial brasileiro. IN: Ross, Jurandyr Luciano Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo, USP, 3ªed, 2000, p.327-382.

SEPLAN. Secretária do Planejamento de Goiás. Estatísticas Municipais. Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>. Acesso em 22 de março 2012

SHIKI, S. Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o Caos. In: Uberlândia: EDUFU, 1998.

SIFFERT Filho, N. Governança Corporativa : Padrões Internacionais e Evidências Empíricas no Brasil nos Anos 90. Revista BNDES nº 9, junho de 1998.

SILVA, Antenor R.P. Polo Regional ou Cluster: o caso do Município de Rio Verde Caminhos de Geografia. Out 2004. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em 10 Out. 2010.

SILVA, J. G. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, Sergio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 6a ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

SILVA, M. G. Incentivos fiscais como instrumento do planejamento tributário no Estado de Goiás. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sta Catarina, Programa de Mestrado em Engenharia de Produção, Florianópolis: 2002.

SOROMENHA, G. S. Panorama da Economia Brasileira. São Paulo: I-Editora, 2000.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. IN Sociologias nº 16. Jun/dez. 2006, p. 20-45.

SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: ed. Nacional, 1982.

SZMRECSÁNY, T.; MOREIRA, E. P. O desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil desde a segunda guerra mundial. Estudos Avançados, v. 11 n. 5 p. 67-79, 1991.

TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. 11ed. Zahar editores. Rio de Janeiro: 1983.

WARNKEN, P. A Influência da Política Econômica na Expansão da Soja no Brasil. Revista de Política Agrícola, n01/jan-fev-mar, Brasília: 1999.